

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	9
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	19
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	115
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	116
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	117

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	786.265.136
Preferenciais	1.209.267.480
Total	1.995.532.616
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	8.553.309	9.312.429
1.01	Ativo Circulante	372.536	1.766.804
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.471	492.617
1.01.02	Aplicações Financeiras	64.399	1.033.186
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	64.399	1.033.186
1.01.03	Contas a Receber	204.719	181.759
1.01.03.01	Clientes	169.615	181.759
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	169.615	181.759
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.104	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	69.372	28.329
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	69.372	28.329
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	69.159	27.904
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	213	425
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.575	30.913
1.01.08.03	Outros	24.575	30.913
1.01.08.03.03	Cauções e depósitos vinculados	796	16.908
1.01.08.03.04	Outros ativos	23.779	14.005
1.02	Ativo Não Circulante	8.180.773	7.545.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	69.144	52.966
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	69.144	52.966
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	44.182	36.082
1.02.01.10.06	Outros ativos	24.962	16.884
1.02.02	Investimentos	4.567.644	3.838.729
1.02.02.01	Participações Societárias	4.567.644	3.838.729
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.567.644	3.838.729
1.02.03	Imobilizado	2.576.290	2.659.239
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.502.529	2.612.500
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.500.430	2.610.401
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.827	6.528
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	66.934	40.211
1.02.04	Intangível	967.695	994.691
1.02.04.01	Intangíveis	967.695	994.691
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	22.644	24.212
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	919.456	946.957
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	25.595	23.522

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	8.553.309	9.312.429
2.01	Passivo Circulante	706.931	2.355.597
2.01.02	Fornecedores	181.739	1.428.539
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	181.739	1.428.539
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.829	14.629
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.389	11.617
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	15.389	11.617
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.440	3.012
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	429.160	569.136
2.01.04.02	Debêntures	429.160	569.136
2.01.05	Outras Obrigações	72.557	339.399
2.01.05.02	Outros	72.557	339.399
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	839	31.360
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	11.434	20.133
2.01.05.02.06	Obrigações de aquisições	23.652	249.635
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	36.632	38.271
2.01.06	Provisões	4.646	3.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.646	3.894
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	4.646	3.894
2.02	Passivo Não Circulante	5.623.635	5.114.374
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.842.229	4.318.188
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.377.229	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.377.229	0
2.02.01.02	Debêntures	3.465.000	4.318.188
2.02.01.02.01	Debêntures	3.465.000	4.318.188
2.02.02	Outras Obrigações	238.631	226.676
2.02.02.02	Outros	238.631	226.676
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	21.427	20.106
2.02.02.02.04	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	139.290	131.413
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	8.437	7.124
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	12.409	11.912
2.02.02.02.07	Obrigações de aquisições	3.936	48.082
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	53.132	8.039
2.02.03	Tributos Diferidos	458.843	494.909
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	458.843	494.909
2.02.04	Provisões	83.932	74.601
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	83.932	74.601
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	83.932	74.601
2.03	Patrimônio Líquido	2.222.743	1.842.458
2.03.01	Capital Social Realizado	684.948	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	104.100	142.068
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	-38.375	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.197	3.790
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	474.604	692.888
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	7.942
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	379.683	16.873
2.03.04.11	Aumento de Capital Proposto	0	573.152
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	487.511	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	471.580	532.895
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-86.277	-86.277
2.03.08.02	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-1.717	-1.717
2.03.08.03	Programa de Incentivo a aposentadoria	-8.682	-9.001
2.03.08.04	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-19.892	0
2.03.08.05	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	588.148	629.890

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	495.787	1.366.761	388.042	1.181.219
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-547.920	-1.037.821	-199.949	-556.242
3.03	Resultado Bruto	-52.133	328.940	188.093	624.977
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	548.769	527.122	36.713	13.572
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.063	-121.894	-28.598	-126.828
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	5.088	15.279	-452	23.016
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	582.744	633.737	65.763	117.384
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	496.636	856.062	224.806	638.549
3.06	Resultado Financeiro	-132.408	-342.494	-182.160	-328.931
3.06.01	Receitas Financeiras	6.288	15.166	9.257	46.922
3.06.02	Despesas Financeiras	-138.696	-357.660	-191.417	-375.853
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-138.696	-357.660	-191.417	-375.853
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	364.228	513.568	42.646	309.618
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	59.556	27.349	8.497	-64.197
3.08.01	Corrente	44.942	1.531	2.922	-79.308
3.08.02	Diferido	14.614	25.818	5.575	15.111
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	423.784	540.917	51.143	245.421
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	423.784	540.917	51.143	245.421

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	423.784	540.917	51.143	245.421
4.02	Outros Resultados Abrangentes	27.920	-19.574	231	326
4.02.01	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controlada	26.292	317	231	326
4.02.02	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	2.467	-30.139	0	0
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-839	10.248	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	451.704	521.343	51.374	245.747

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-105.801	58.678
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	374.224	556.809
6.01.01.01	Lucro líquido do período	540.917	245.421
6.01.01.02	Depreciação e amortização	214.198	138.587
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	1.741	143.691
6.01.01.05	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	838	-19.029
6.01.01.06	Marcação a mercado de derivativos	190	0
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	296.824	209.495
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	1.522	1.870
6.01.01.10	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	7.877	8.410
6.01.01.11	Baixa de bens do ativo	633	290
6.01.01.12	Resultado de equivalência patrimonial	-652.585	-125.410
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	-25.818	-15.111
6.01.01.15	Ações e opções de ações outorgadas	407	364
6.01.01.16	Ganhos na venda de imobilizado	-5.560	0
6.01.01.17	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-6.960	-31.769
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	75.505	113.594
6.01.03	Outros	-555.530	-611.725
6.01.03.01	Pagamento de liquidação financeira GSF	-1.308.698	0
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-182.063	-172.746
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-40.598	-55.107
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	0	-1.177
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-206	-1.792
6.01.03.06	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	28.523	29.221
6.01.03.07	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	949.034	-410.124
6.01.03.08	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-1.522	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-544.129	-170.490
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	854.409	0
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-81.723	-44.271
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-551.139	-137.543
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-940.841	-74.113
6.02.06	Redução de capital	28.387	0
6.02.07	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	-10	85.437
6.02.08	Venda de controlada	66.656	0
6.02.09	Dividendos recebidos	76.518	0
6.02.10	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	3.614	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	166.784	102.104
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	800.000	500.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-507.925	-7.148
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-133.609	-357.507

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-756	-2.036
6.03.06	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-5.642
6.03.07	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	9.074	-25.563
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-483.146	-9.708
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	492.617	10.080
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.471	372

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	474.607	142.068	692.808	0	532.895	1.842.378
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	142.068	692.808	0	532.895	1.842.378
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Aumento de capital	210.341	0	-210.341	0	0	0
5.04.09	Compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.275	0	0	0	-38.275
5.04.10	Pagamento de dividendos intermediários	0	0	-7.943	0	0	-7.943
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-95.147	0	-95.147
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.917	0	540.917
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	0	0	0	0	317	317
5.05.02.07	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-30.139	-30.139
5.05.02.08	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	10.248	10.248
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	63.244	-63.244	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21.503	21.503	0
5.07	Saldos Finais	684.948	104.100	474.604	487.511	471.580	2.222.743

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	364	-97.477	-222.109	0	-319.222
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	364	0	0	0	364
5.04.08	Distribuição de Dividendos Complementares	0	0	-97.477	0	0	-97.477
5.04.09	Distribuição de Dividendos Intermediários	0	0	0	-222.109	0	-222.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.421	232	245.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.421	0	245.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	232	232
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	232	232
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.826	-41.826	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	63.373	-63.373	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21.547	21.547	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.916	111.794	65.138	584.146	1.377.601

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	1.626.338	1.427.338
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.570.511	1.381.895
7.01.02	Outras Receitas	3.271	355
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	50.492	43.253
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.064	1.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-911.730	-508.310
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-766.452	-342.150
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-140.804	-170.676
7.02.04	Outros	-4.474	4.516
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-4.474	4.516
7.03	Valor Adicionado Bruto	714.608	919.028
7.04	Retenções	-218.088	-141.422
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-199.497	-133.396
7.04.02	Outras	-18.591	-8.026
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	496.520	777.606
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	668.140	160.512
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	652.328	125.410
7.06.02	Receitas Financeiras	15.812	35.102
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.164.660	938.118
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.164.660	938.118
7.08.01	Pessoal	101.860	91.502
7.08.01.01	Remuneração Direta	93.665	82.151
7.08.01.02	Benefícios	2.779	4.420
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.416	4.931
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	162.765	237.805
7.08.02.01	Federais	133.944	212.462
7.08.02.02	Estaduais	28.637	25.101
7.08.02.03	Municipais	184	242
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	359.118	363.390
7.08.03.01	Juros	357.660	362.395
7.08.03.02	Aluguéis	1.458	995
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	540.917	245.421
7.08.04.02	Dividendos	0	222.109
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	540.917	23.312

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.917.506	10.019.522
1.01	Ativo Circulante	1.213.661	2.425.331
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.033	504.874
1.01.02	Aplicações Financeiras	698.114	1.521.031
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	698.114	1.521.031
1.01.03	Contas a Receber	282.479	286.571
1.01.03.01	Clientes	247.375	286.571
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	247.375	286.571
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.104	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.627	34.827
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.627	34.827
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	76.424	30.274
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	3.203	4.553
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	121.408	78.028
1.01.08.03	Outros	121.408	78.028
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	10.704	0
1.01.08.03.02	Conta de ressarcimento	13.309	3.579
1.01.08.03.03	Cauções e depósitos vinculados	41.731	22.615
1.01.08.03.04	Outros ativos	55.664	51.834
1.02	Ativo Não Circulante	9.703.845	7.594.191
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	837.202	176.013
1.02.01.07	Tributos Diferidos	538.118	4.584
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	299.084	171.429
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	249.306	137.184
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	5.832	21.889
1.02.01.10.06	Outros ativos	31.706	12.356
1.02.01.10.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.240	0
1.02.02	Investimentos	87.641	52.355
1.02.02.01	Participações Societárias	87.641	52.355
1.02.03	Imobilizado	7.055.469	6.121.633
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.250.767	5.870.564
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	6.248.668	5.868.465
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	95.926	82.781
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	708.776	168.288
1.02.04	Intangível	1.723.533	1.244.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.723.533	1.244.190
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	22.644	24.212
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	723.264	241.164
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	919.456	946.957
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	58.169	31.857

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.917.506	10.019.522
2.01	Passivo Circulante	1.208.809	2.586.678
2.01.02	Fornecedores	272.608	1.472.805
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	272.608	1.472.805
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.994	22.859
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.226	19.531
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.023	4.775
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	20.203	14.756
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.768	3.328
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	530.867	636.399
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.907	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.907	0
2.01.04.02	Debêntures	471.960	636.399
2.01.05	Outras Obrigações	369.694	450.721
2.01.05.02	Outros	369.694	450.721
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	839	31.360
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	12.021	20.363
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.437	0
2.01.05.02.06	Obrigações de aquisições	116.821	249.635
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	189.331	101.000
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	44.245	48.363
2.01.06	Provisões	4.646	3.894
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.646	3.894
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	4.646	3.894
2.02	Passivo Não Circulante	6.664.346	5.590.386
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.401.850	4.622.483
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.853.078	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	475.849	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.377.229	0
2.02.01.02	Debêntures	3.548.772	4.622.483
2.02.01.02.01	Debêntures	3.548.772	4.622.483
2.02.02	Outras Obrigações	669.098	394.690
2.02.02.02	Outros	669.098	394.690
2.02.02.02.03	Passivo de Arrendamento	102.199	86.327
2.02.02.02.04	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	139.290	131.413
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	8.437	7.124
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	127.436	87.532
2.02.02.02.07	Obrigações de aquisições	168.751	48.082
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	54.224	8.039
2.02.02.02.09	Conta de ressarcimento	68.761	26.173
2.02.03	Tributos Diferidos	509.204	498.612
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	509.204	498.612
2.02.04	Provisões	84.194	74.601
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84.194	74.601
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	84.194	74.601

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.044.351	1.842.458
2.03.01	Capital Social Realizado	684.948	474.607
2.03.02	Reservas de Capital	104.100	142.068
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	128.609	128.609
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	-38.375	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	4.197	3.790
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	264	264
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.04	Reservas de Lucros	474.604	692.888
2.03.04.01	Reserva Legal	94.921	94.921
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	7.942
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	379.683	16.873
2.03.04.11	Aumento de Capital Proposto	0	573.152
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	487.511	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	471.580	532.895
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	-86.277	-86.277
2.03.08.02	Plano de Previdência Privada - Perda Atuarial, Líquido de Impostos	-1.717	-1.717
2.03.08.03	Programa de Incentivo a aposentadoria	-8.682	-9.001
2.03.08.04	Equivalência Patrimonial Sobre Hedge de Fluxo de Caixa de Controladas	-19.892	0
2.03.08.05	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	588.148	629.890
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	821.608	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	661.705	1.779.861	509.374	1.478.977
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-638.284	-1.288.418	-244.007	-708.620
3.03	Resultado Bruto	23.421	491.443	265.367	770.357
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.951	-147.525	-33.420	-106.124
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-60.830	-162.698	-32.493	-134.001
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	5.108	15.156	-1.018	27.786
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-229	17	91	91
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-32.530	343.918	231.947	664.233
3.06	Resultado Financeiro	-109.871	-330.615	-184.712	-339.702
3.06.01	Receitas Financeiras	56.162	78.905	11.474	55.233
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.033	-409.520	-196.186	-394.935
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-166.033	-409.520	-196.186	-394.935
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-142.401	13.303	47.235	324.531
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	573.223	538.025	3.908	-79.110
3.08.01	Corrente	37.363	-17.350	-1.180	-93.316
3.08.02	Diferido	535.860	555.375	5.088	14.206
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	430.822	551.328	51.143	245.421
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	430.822	551.328	51.143	245.421
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	423.784	540.917	51.143	245.421
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	7.038	10.411	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	430.822	551.328	51.143	245.421
4.02	Outros Resultados Abrangentes	27.920	-19.574	231	326
4.02.02	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	39.499	-29.820	231	326
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-11.579	10.246	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	458.742	531.754	51.374	245.747
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	451.704	521.343	51.374	245.747
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	7.038	10.411	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.066	91.071
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	616.361	794.290
6.01.01.01	Lucro líquido do período	551.328	245.421
6.01.01.02	Depreciação e amortização	375.028	242.063
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	-1.432	141.606
6.01.01.05	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	896	-19.029
6.01.01.06	Marcação a mercado de derivativos	-22.114	-736
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	308.596	220.194
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	6.993	6.973
6.01.01.10	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	7.877	8.410
6.01.01.11	Baixa de bens do ativo	6.593	1.651
6.01.01.12	Resultado de equivalência patrimonial	-17	-91
6.01.01.13	GSF - recuperação de custo	-35.899	0
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	-555.375	-14.206
6.01.01.15	Ações e opções de ações outorgadas	407	364
6.01.01.16	Ganhos na venda de ativo imobilizado	-5.560	0
6.01.01.17	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-20.960	-38.330
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	149.701	156.334
6.01.03	Outros	-708.996	-859.553
6.01.03.01	Pagamento de liquidação financeira GSF	-1.308.698	0
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-180.830	-177.804
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-58.347	-69.128
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	0	-1.177
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-206	-44.811
6.01.03.06	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	40.866	33.366
6.01.03.07	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	804.285	-599.999
6.01.03.08	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-6.066	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.452.827	-165.857
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-592.074	-125.966
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-35.700	-5.007
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-808.053	-75.343
6.02.05	Liquidação de instrumento derivativo - NDF	-10.005	0
6.02.06	Redução de capital	-6.307	0
6.02.07	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	-110.241	9.951
6.02.08	Venda de controlada	105.939	30.508
6.02.09	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	3.614	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	922.920	75.477
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	800.000	500.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-561.616	-25.305
6.03.03	Emissão de ações preferenciais em subsidiárias	817.503	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-133.609	-357.507
6.03.05	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-1.964	-5.890
6.03.06	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-1.544	-5.892
6.03.07	(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	4.150	-29.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-472.841	691
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	504.874	31.838
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.033	32.529

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	142.068	692.808	0	532.895	1.842.378	0	1.842.378
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	142.068	692.808	0	532.895	1.842.378	0	1.842.378
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Aumento de capital	210.341	0	-210.341	0	0	0	817.504	817.504
5.04.09	Compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	0	-38.275	0	0	0	-38.275	0	-38.275
5.04.10	Pagamento de dividendos intermediários	0	0	-7.943	0	0	-7.943	0	-7.943
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-95.147	0	-95.147	0	-95.147
5.04.12	Redução de capital	0	0	0	0	0	0	-6.307	-6.307
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	540.917	0	540.917	10.411	551.328
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	0	0	0	0	317	317	0	317
5.05.02.07	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-30.139	-30.139	0	-30.139
5.05.02.08	Hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	10.248	10.248	0	10.248
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	63.244	-63.244	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21.503	21.503	0	0	0
5.07	Saldos Finais	684.948	104.100	474.604	487.511	471.580	2.222.743	821.608	3.044.351

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	474.607	141.552	209.271	0	625.740	1.451.170	0	1.451.170
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	364	-97.477	-222.109	0	-319.222	0	-319.222
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	364	0	0	0	364	0	364
5.04.08	Distribuição de Dividendos Complementares	0	0	-97.477	0	0	-97.477	0	-97.477
5.04.09	Distribuição de Dividendos Intermediários	0	0	0	-222.109	0	-222.109	0	-222.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.421	232	245.653	0	245.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.421	0	245.421	0	245.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	232	232	0	232
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	232	232	0	232
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.826	-41.826	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	63.373	-63.373	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-21.547	21.547	0	0	0
5.07	Saldos Finais	474.607	141.916	111.794	65.138	584.146	1.377.601	0	1.377.601

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	2.330.740	1.803.504
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.984.837	1.692.747
7.01.02	Outras Receitas	28.885	5.079
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	314.954	103.843
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.064	1.835
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.301.652	-611.596
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-818.388	-346.739
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-475.247	-272.327
7.02.04	Outros	-8.017	7.470
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-8.017	7.470
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.029.088	1.191.908
7.04	Retenções	-365.434	-244.733
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-365.434	-244.733
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	663.654	947.175
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.991	42.921
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17	91
7.06.02	Receitas Financeiras	79.974	42.830
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	743.645	990.096
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	743.645	990.096
7.08.01	Pessoal	103.853	91.824
7.08.01.01	Remuneração Direta	95.464	82.456
7.08.01.02	Benefícios	2.784	4.424
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.605	4.944
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-321.609	269.399
7.08.02.01	Federais	-356.490	239.083
7.08.02.02	Estaduais	34.688	30.071
7.08.02.03	Municipais	193	245
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	410.073	383.452
7.08.03.01	Juros	407.631	382.067
7.08.03.02	Aluguéis	2.442	1.385
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	551.328	245.421
7.08.04.02	Dividendos	0	222.109
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	540.917	23.312
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10.411	0

Comentário do Desempenho

1. Perfil

A AES Tietê Energia, é uma Companhia de capital aberto autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,7 GW, sendo 2.658,3 MW hídrico, 731,6 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico, ainda em negociação, que poderá adicionar até 0,8 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 4,5 GW de capacidade instalada.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, a AES Brasil concluiu a aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 17 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou um PPA com a Minasligas para o fornecimento de 21 MWm pelo prazo de 20 anos a partir de 2023. No dia 25 do mesmo mês, a AES Brasil assinou um PPA com Ferbasa, para o fornecimento de 80 MWm a partir de 2024, também pelo prazo de 20 anos. Ambos os projetos serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e o início de sua construção é esperado para 2021.

Em 24 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, que corresponderá à primeira fase do projeto Cajuína, com capacidade instalada de 420 MWm.

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, que corresponderá à terceira fase do projeto Cajuína, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPEs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPV com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

Comentário do Desempenho



Em 30 de julho de 2021, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs com capacidade instalada de 420 MW, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 124.202.

Além disso, a Companhia possui ~1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 11 de junho de 2021, foi executada a venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente alienação de 100% das quotas da controlada direta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	9M21	9M20	Var. R\$	Var. %
Receita operacional bruta	2.013.723	1.697.826	315.897	18,6%
Deduções da receita operacional bruta	(233.862)	(218.849)	(15.013)	6,9%
Receita operacional líquida	1.779.861	1.478.977	300.884	20,3%
Custo de produção e operação de energia	(1.288.418)	(708.620)	(579.798)	81,8%
Lucro bruto	491.443	770.357	(278.914)	-36,2%
Despesas operacionais	(147.542)	(106.215)	(41.327)	38,9%
Resultado financeiro	(330.615)	(339.702)	9.087	-2,7%
Equivalência patrimonial	17	91	(74)	-81,3%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	13.303	324.531	(311.228)	-95,9%
Tributos sobre o lucro	538.025	(79.110)	617.135	-780,1%
Lucro líquido do período	551.328	245.421	305.907	124,6%
Atribuído a quotistas da empresa controladora	540.917		540.917	N/A
Atribuído a acionistas não controladores	10.411		10.411	N/A

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$551.328 ante um lucro líquido de R\$245.421 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento de 124,6% do resultado da Companhia.

Comentário do Desempenho



1.2 Receita operacional líquida

	9M21		9M20		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	8.349	1.450.176	7.887	1.319.247	5,9%	9,9%
Mercado de curto prazo						
MRE	182	1.479	1.031	12.114	-82,3%	-87,8%
SPOT	51	8.143	(44)	26.851	-215,9%	-69,7%
Outros	-	83.109	-	25.963	-	220,1%
Contratos de energia eólicos	1.476	329.673	1.242	217.146	18,8%	51,8%
Contratos de energia solares	391	112.257	304	91.426	28,6%	22,8%
Outras receitas	-	28.886	-	5.079	N/A	468,7%
Receita Operacional Bruta	10.449	2.013.723	10.420	1.697.826	0,3%	18,6%
Deduções da receita operacional bruta		(233.862)		(218.849)		6,9%
Receita Operacional Líquida		1.779.861		1.478.977		20,3%

O aumento de 20,3% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$130.929, principalmente em função de maior volume nesse período, frente ao mesmo período de 2020 (8.349 MWh no 9M21 vs. 7.887 MWh no 9M20) e, também, maior preço médio dos contratos de geração hidroelétrica (R\$173,7/MWh no 9M21 vs. R\$167,3/MWh no 9M20);
- aumento da receita proveniente dos contratos de energia eólica e solares, no montante de R\$133.358, principalmente em função do reajuste anual do contrato do LER, da entrada do resultado do Complexo Eólico Ventus, que faz parte do resultado da Companhia desde dezembro de 2020, e dos Complexos Salinas e Mandacaru, desde maio de 2021;
- A linha de outros do mercado de curto prazo apresenta um crescimento de R\$57.146, resultado, principalmente, da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM), no montante de R\$ 49.312, que tem o intuito de ressarcir as usinas hidrelétricas pela redução de sua geração devido ao acionamento de térmicas fora da ordem de mérito de custo e à importação de energia elétrica.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução de receita proveniente do MRE e SPOT no mercado de curto prazo, no montante de R\$29.343, principalmente em função da redução de vendas ocasionadas pela hidrologia adversa observada no 9M21;

1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e administrativas no período findo em 30 de setembro de 2021 apresentaram um aumento de R\$579.798 ou 81,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento de 136,6% ou R\$443.549 no custo de produção e operação de energia, reflexo dos maiores preços de energia no período, impactadas tanto pelo maior volume quanto preço médio de compra. Esses efeitos refletem o cenário hídrico adverso, em especial na região SE/CO, onde a Companhia



Comentário do Desempenho

opera suas usinas hidrelétricas. Ao fim de setembro desse ano, o reservatório da Companhia era de 36,4%, contra 53,7% em setembro de 2020.

- aumento da depreciação e amortização de 37,7% no montante de R\$ 88.122, principalmente referente à amortização do montante reconhecido da repactuação do risco hidrológico no 4T20 e em função da adição do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru no portfólio da Companhia;
- maiores despesas com material e serviços de terceiros, no montante de R\$ 33.428, principalmente em função da estratégia de crescimento;

1.4 Resultado financeiro

No 9M21 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$330.615 ou 2,7% inferior à despesa apresentada no 9M20 que foi de R\$339.702. Contribuiu para esse desempenho:

- efeito positivo de R\$150.904 nos 9M21 em função da atualização monetária do passivo da liminar referente ao GSF no 9M20, o que não ocorreu no 9M21, devido à liquidação ocorrida em janeiro de 2021;
- efeito positivo de R\$25.679 em função do maior de juros capitalizados (R\$29.656 no 9M21 ante R\$3.977 no 9M20) proveniente do maior do ativo qualificável para capitalização devido principalmente à construção do Complexo Eólico Tucano em 2021;
- Marcação a mercado de instrumentos derivativos, no montante de R\$21.378, principalmente devido exposição cambial de derivativo embutido e NDFs;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos, no montante de R\$91.796, devido principalmente ao maior IPCA e CDI entre os períodos comparados e maior saldo médio de dívida em 2021;
- aumento dos encargos de dívida, no montante de R\$40.627, devido principalmente à maior taxa média de juros CDI e IPCA entre os períodos comparados;
- redução da receita de juros sobre aplicações financeiras, no montante de R\$14.316, devido principalmente pelo menor saldo médio das aplicações financeiras em 2021, compensando parcialmente pela maior taxa de juros CDI médio entre os períodos comparados (3,41%, no 9M21 ante 3,07 % no 9M20);
- efeito positivo de R\$13.458 na rubrica variação cambial devido à reversão da provisão do processo judicial Itaipu no 9M20, o que não ocorreu no 9M21.
- Maior atualização monetária de obrigações por aquisições, no montante de R\$10.090, principalmente pelas aquisições do Complexo Eólico Cajuína.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reapresentado (i)		Reapresentado (i)	
		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.471	492.617	32.033	504.874
Investimentos de curto prazo	4	64.399	1.033.186	698.114	1.521.031
Contas a receber de clientes	5	169.615	181.759	247.375	286.571
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	69.159	27.904	76.424	30.274
Outros tributos a recuperar	6	213	425	3.203	4.553
Contas a receber sobre venda de controlada	10	35.104	—	35.104	—
Instrumentos financeiros derivativos	30	—	—	10.704	—
Conta de ressarcimento	9	—	—	13.309	3.579
Cauções e depósitos vinculados	8	796	16.908	41.731	22.615
Outros ativos	9	23.779	14.005	55.664	51.834
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		372.536	1.766.804	1.213.661	2.425.331
Tributos diferidos	7	—	—	538.118	4.584
Cauções e depósitos vinculados	8	44.182	36.082	249.306	137.184
Instrumentos financeiros derivativos	30	—	—	12.240	—
Conta de ressarcimento		—	—	5.832	21.889
Outros ativos	9	24.962	16.884	31.706	12.356
Investimentos em controladas e joint ventures	11	4.567.644	3.838.729	87.641	52.355
Imobilizado, líquido	12	2.576.290	2.659.239	7.055.469	6.121.633
Intangível, líquido	13	967.695	994.691	1.723.533	1.244.190
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.180.773	7.545.625	9.703.845	7.594.191
TOTAL DO ATIVO		8.553.309	9.312.429	10.917.506	10.019.522

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(i) vide nota explicativa 3.2.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reapresentado (i)		Reapresentado (i)	
		Controladora		Consolidado	
Notas		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	181.739	1.428.539	272.608	1.472.805
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	429.160	569.136	530.867	636.399
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	—	—	7.023	4.775
Outros tributos a pagar	15	18.829	14.629	23.971	18.084
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		839	31.360	839	31.360
Provisões para processos judiciais e outros	19	4.646	3.894	4.646	3.894
Instrumentos financeiros derivativos	30	—	—	6.437	—
Encargos setoriais	20	11.434	20.133	12.021	20.363
Obrigações de aquisições	21	23.652	249.635	116.821	249.635
Conta de ressarcimento	22	—	—	189.331	101.000
Outras obrigações	22	36.632	38.271	44.245	48.363
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		706.931	2.355.597	1.208.809	2.586.678
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	4.842.229	4.318.188	5.401.850	4.622.483
Passivo de arrendamento	17	21.427	20.106	102.199	86.327
Tributos diferidos	7	458.843	494.909	509.204	498.612
Obrigações com benefícios pós-emprego	18	139.290	131.413	139.290	131.413
Provisões para processos judiciais e outros	19	83.932	74.601	84.194	74.601
Encargos setoriais	20	8.437	7.124	8.437	7.124
Instrumentos financeiros derivativos	30	53.132	8.039	54.224	8.039
Obrigações de aquisições	21	3.936	48.082	168.751	48.082
Conta de ressarcimento	22	—	—	68.761	26.173
Outras obrigações	22	12.409	11.912	127.436	87.532
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.623.635	5.114.374	6.664.346	5.590.386
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	23	684.948	474.607	684.948	474.607
Reserva de capital	23.1	104.100	142.068	104.100	142.068
Reserva legal e outros	23.1	474.604	692.888	474.604	692.888
Outros resultados abrangentes	23.1	471.580	532.895	471.580	532.895
Lucros acumulados		487.511	—	487.511	—
Subtotal		2.222.743	1.842.458	2.222.743	1.842.458
Participação de acionista não controlador		—	—	821.608	—
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.222.743	1.842.458	3.044.351	1.842.458
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.553.309	9.312.429	10.917.506	10.019.522

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(i) vide nota explicativa 3.2.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reapresentado (i)				Reapresentado (i)			
		Controladora				Consolidado			
Notas		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receita líquida	24	495.787	1.366.761	388.042	1.181.219	661.705	1.779.861	509.374	1.478.977
Custo de produção e operação de energia	25	(547.920)	(1.037.821)	(199.949)	(556.242)	(638.284)	(1.288.418)	(244.007)	(708.620)
LUCRO BRUTO		(52.133)	328.940	188.093	624.977	23.421	491.443	265.367	770.357
Gerais e administrativas	26	(39.063)	(121.894)	(28.598)	(126.828)	(60.830)	(162.698)	(32.493)	(134.001)
Outras Receitas (despesas) operacionais	27	5.088	15.279	(452)	23.016	5.108	15.156	(1.018)	27.786
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(33.975)	(106.615)	(29.050)	(103.812)	(55.722)	(147.542)	(33.511)	(106.215)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		496.636	856.062	224.806	638.549	(32.530)	343.918	231.947	664.233
Receitas financeiras		6.288	15.166	9.257	46.922	56.162	78.905	11.474	55.233
Despesas financeiras		(138.696)	(357.660)	(191.417)	(375.853)	(166.033)	(409.520)	(196.186)	(394.935)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	28	(132.408)	(342.494)	(182.160)	(328.931)	(109.871)	(330.615)	(184.712)	(339.702)
Resultado de equivalência patrimonial	11	582.744	633.737	65.763	117.384	(229)	17	91	91
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		364.228	513.568	42.646	309.618	(142.401)	13.303	47.235	324.531
Imposto de renda e contribuição social correntes		44.942	1.531	2.922	(79.308)	37.363	(17.350)	(1.180)	(93.316)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.614	25.818	5.575	15.111	535.860	555.375	5.088	14.206
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7	59.556	27.349	8.497	(64.197)	573.223	538.025	3.908	(79.110)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		423.784	540.917	51.143	245.421	430.822	551.328	51.143	245.421
Atribuído a acionistas da empresa controladora		423.784	540.917	51.143	245.421	423.784	540.917	51.143	245.421
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	—	—	7.038	10.411	—	—

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

(i) vide nota explicativa 3.2.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Lucro líquido do período	423.784	540.917	51.143	245.421	430.822	551.328	51.143	245.421
Outros resultados abrangentes:								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada, líquido de impostos diferidos	26.292	317	231	326	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	2.467	(30.139)	—	—	39.499	(29.820)	231	326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(839)	10.248	—	—	(11.579)	10.246	—	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	451.704	521.343	51.374	245.747	458.742	531.754	51.374	245.747
Atribuído a acionistas da empresa controladora					451.704	521.343	51.374	245.747
Atribuído a acionistas não controladores					7.038	10.411	—	—

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Período findo em 30 de setembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reservas de capital					Reservas de Lucros					Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionista não controlador	Total do patrimônio líquido Consolidado
			Reserva especial de ágio	Remuneração de bens e direitos	Opções de ações outorgadas	Transação de controle comum	Outras reservas de capital	Legal	Outras	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		474.607	128.609	9.405	3.274	—	264	94.921	16.873	97.477	625.740	—	1.451.170	—	1.451.170
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	245.421	245.421	—	245.421
<u>Resultado abrangente total:</u>															
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	—	232	—	232	—	232
<u>Transações com os acionistas:</u>															
Remuneração com base em ações		—	—	—	364	—	—	—	—	—	—	—	364	—	364
Distribuição de dividendos complementares		—	—	—	—	—	—	—	—	(97.477)	—	—	(97.477)	—	(97.477)
Distribuição de dividendos intermediários		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(222.109)	(222.109)	—	(222.109)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>															
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(63.373)	63.373	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	21.547	(21.547)	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2020		474.607	128.609	9.405	3.638	—	264	94.921	16.873	—	584.146	65.138	1.377.601	—	1.377.601
Saldos em 31 de dezembro de 2020		474.607	128.609	9.405	3.790	—	264	94.921	597.967	—	532.895	—	1.842.458	—	1.842.458
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	540.917	540.917	10.411	551.328
<u>Resultado abrangente total:</u>															
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	—	317	—	317	—	317
Hedge de fluxo de caixa		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(30.139)	—	(30.139)	—	(30.139)

Notas Explicativas

Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.248	—	10.248	—	10.248
<u>Transações com os acionistas:</u>															
Remuneração com base em ações	23.1	—	—	—	407	—	—	—	—	—	—	—	407	—	407
Pagamento de dividendos intermediários	23.2	—	—	—	—	—	—	—	(7.943)	—	—	—	(7.943)	—	(7.943)
Distribuição de dividendos intermediários		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(95.147)	(95.147)	—	(95.147)
Redução de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(6.307)	(6.307)
Aumento de capital	23	210.341	—	—	—	—	—	—	(210.341)	—	—	—	—	817.504	817.504
Reorganização societária															
Compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	23.1 e 1.3	—	—	—	—	(38.375)	—	—	—	—	—	—	(38.375)	—	(38.375)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:															
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(63.244)	63.244	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	21.503	(21.503)	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2021		684.948	128.609	9.405	4.197	(38.375)	264	94.921	379.683	—	471.580	487.511	2.222.743	821.608	3.044.351

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do período		540.917	245.421	551.328	245.421
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		214.198	138.587	375.028	242.063
Variação monetária e cambial		1.741	143.691	(1.432)	141.606
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	19	838	(19.029)	896	(19.029)
Marcação a mercado de derivativos		190	—	(22.114)	(736)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	16 e 28	296.824	209.495	308.596	220.194
Juros sobre passivo de arrendamento	17	1.522	1.870	6.993	6.973
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	18	7.877	8.410	7.877	8.410
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(6.960)	(31.769)	(20.960)	(38.330)
Baixa de bens do ativo	12	633	290	6.593	1.651
Resultado de equivalência patrimonial	11	(652.585)	(125.410)	(17)	(91)
Ganhos na venda de imobilizado		(5.560)	—	(5.560)	—
GSF - recuperação de custo	13	—	—	(35.899)	—
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	(25.818)	(15.111)	(555.375)	(14.206)
Ações e opções de ações outorgadas		407	364	407	364
Variação de ativos e passivos operacionais		75.505	113.594	149.701	156.334
		449.729	670.403	766.062	950.624
Pagamento de liquidação financeira GSF	14	(1.308.698)	—	(1.308.698)	—
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	16 e 25	(182.063)	(172.746)	(180.830)	(177.804)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	17	(1.522)	—	(6.066)	—
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(40.598)	(55.107)	(58.347)	(69.128)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	18	—	(1.177)	—	(1.177)
Pagamento de processos judiciais e outros	19	(206)	(1.792)	(206)	(44.811)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		28.523	29.221	40.866	33.366
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		949.034	(410.124)	804.285	(599.999)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais		(105.801)	58.678	57.066	91.071
Atividades de investimentos:					
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		854.409	—	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	12 e 13	(81.723)	(44.271)	(592.074)	(125.966)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	11	(551.139)	(137.543)	(35.700)	(5.007)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		(940.841)	(74.113)	(808.053)	(75.343)
Liquidação de instrumento derivativo - NDF		—	—	(10.005)	—
Redução de capital		28.387	—	(6.307)	—
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		(10)	85.437	(110.241)	9.951
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		3.614	—	3.614	—
Venda de controlada		66.656	—	105.939	30.508
Dividendos recebidos		76.518	—	—	—
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(544.129)	(170.490)	(1.452.827)	(165.857)
Atividades de financiamentos:					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	16	800.000	500.000	800.000	500.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	16	(507.925)	(7.148)	(561.616)	(25.305)
Emissão de ações preferenciais em subsidiárias	2	—	—	817.503	—

Notas Explicativas

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(133.609)	(357.507)	(133.609)	(357.507)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	17	(756)	(2.036)	(1.964)	(5.890)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	16	—	(5.642)	(1.544)	(5.892)
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento	8	9.074	(25.563)	4.150	(29.929)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		166.784	102.104	922.920	75.477
<u>Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		(483.146)	(9.708)	(472.841)	691
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		492.617	10.080	504.874	31.838
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		9.471	372	32.033	32.529

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2021 a 30.09.2021	01.01.2020 a 30.09.2020
1. RECEITAS	1.626.338	1.427.338	2.330.740	1.803.504
Receita bruta de venda de energia	1.570.511	1.381.895	1.984.837	1.692.747
Outras receitas operacionais	3.271	355	28.885	5.079
Receitas relativas à construção de ativos próprios	50.492	43.253	314.954	103.843
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.064	1.835	2.064	1.835
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(911.730)	(508.310)	(1.301.652)	(611.596)
Materiais	(19.479)	(26.335)	(153.179)	(61.439)
Serviços de terceiros	(121.325)	(144.341)	(322.068)	(210.888)
Custo da energia comprada e transmissão	(766.452)	(342.150)	(818.388)	(346.739)
Outros custos operacionais	(4.474)	4.516	(8.017)	7.470
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	714.608	919.028	1.029.088	1.191.908
4. RETENÇÕES	(218.088)	(141.422)	(365.434)	(244.733)
Depreciação e amortização	(199.497)	(133.396)	(365.434)	(244.733)
Realização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(18.591)	(8.026)	—	—
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	496.520	777.606	663.654	947.175
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	668.140	160.512	79.991	42.921
Equivalência patrimonial	652.328	125.410	17	91
Receitas financeiras	15.812	35.102	79.974	42.830
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.164.660	938.118	743.645	990.096
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.164.660	938.118	743.645	990.096
Pessoal	101.860	91.502	103.853	91.824
Remuneração e encargos	76.763	70.152	78.515	70.381
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	16.902	11.999	16.949	12.075
Previdência privada	2.779	4.420	2.784	4.424
FGTS	5.416	4.931	5.605	4.944
Tributos (Governos)	162.765	237.805	(321.609)	269.399
Federais	86.673	151.223	(406.554)	176.202
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.349)	64.197	(538.025)	79.110
COFINS	61.442	58.877	75.332	67.091
PIS	36.959	12.921	40.376	14.728
INSS	12.065	11.929	12.193	11.962
Encargos sociais - Outros	3.556	3.299	3.570	3.311
Estaduais	28.637	25.101	34.688	30.071
ICMS	28.440	24.883	34.196	29.851
Outros	197	218	492	220
Municipais	184	242	193	245

Notas Explicativas

IPTU	184	242	184	242
ISS	—	—	9	3
Encargos setoriais	47.271	61.239	50.064	62.881
Pesquisa e desenvolvimento	13.533	11.698	13.533	11.698
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.375	6.099	10.168	7.741
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	26.363	43.442	26.363	43.442
Remuneração de capital de terceiros	359.118	363.390	410.073	383.452
Juros	357.660	362.395	407.631	382.067
Aluguéis	1.458	995	2.442	1.385
Remuneração de capitais próprios	540.917	245.421	551.328	245.421
Lucros retidos	540.917	23.312	540.917	23.312
Dividendos	—	222.109	—	222.109
Participação de não controladores	—	—	10.411	—

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

O início das operações da Companhia ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - Cesp, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (atualmente AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF/002/99. A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1 Complexo Eólico Cajuína

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição de até 1.113 MW de capacidade instalada de projetos eólicos *greenfield* localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza. Esta operação reforça a estratégia da Companhia com foco em energias renováveis e consolida um *pipeline* de projetos renováveis, incluindo o saldo remanescente do Projeto Tucano.

Cajuína Fase 1 (Aquisição Santa Tereza)

Em 25 de agosto de 2020, a Companhia assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 420 MW. Em 24 de maio de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela controlada indireta Tucano Holding I.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As informações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 24 de maio de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$118.860, parcialmente pago pela controlada indireta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$29.700. O saldo remanescente, é de R\$89.160, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em três parcelas anuais, com término em 31 de março de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$118.860 como investimento adquirido pela controlada indireta Tucano Holding I, sendo R\$3.665 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$115.195 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas informações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 13).

Notas Explicativas

Cajuína Fase 2 (Aquisição São Ricardo)

Em 30 de julho de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs com capacidade instalada de 420 MW, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 124.202.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de julho de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$124.202, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$26.890. O saldo remanescente, é de R\$97.312, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em duas parcelas anuais, com término em 31 de julho de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$124.202 como investimento adquirido pela controlada indireta Tucano Holding I, sendo R\$2.741 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$ 121.461 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas informações trimestrais consolidadas (vide nota explicativa nº 14).

Em 01 de abril de 2021, a controlada direta Tucano Holding I assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Industria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores.

Cajuína fase 3 - Aquisição do Complexo Eólico Serra Verde

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 256MWm pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPEs com 201MWm em estágio avançado e 2 SPEs com 55MWm, que estão em estágio intermediário.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 19 de julho de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$93.050, parcialmente pago pela Companhia aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor total de R\$31.017. O saldo remanescente, é de R\$62.033, registrado na rubrica de obrigações de aquisições, será pago em duas parcelas anuais, com término em 31 de julho de 2023, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$93.050 como investimento adquirido pela controlada direta Tucano Holding I, sendo R\$2.756 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$90.294 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas informações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 13).

Notas Explicativas

1.2 Aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição pela Companhia da totalidade das ações representativas do capital social de sete sociedades de propósito específico que compõem os Complexos Salinas e Mandacaru. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela Companhia.

O complexo eólico está localizado em dois locais na costa dos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, regiões mais privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da Companhia. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado por um prazo de 20 anos, em contratos de LER 2009 e LEN 2011, a preços de R\$ 269,38/MWh e R\$ 174,74/MWh, respectivamente.

A transação não atendeu a definição de um negócio, conforme análise de concentração de ativos e foi registrada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método *relative fair value* na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de abril de 2021, data da aquisição.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$589.102, pagos integralmente na data de fechamento da transação. A contabilização desta aquisição no montante de R\$589.102 como investimento adquirido pela Companhia foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$226.517 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$181.437 relacionado à mais valia de ativo imobilizado e R\$181.148 relacionado aos direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas informações contábeis consolidadas, a mais valia e o direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como Imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 12 e nº 13).

	Valor Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	159.865	-	159.865
Cauções e depósitos vinculados	20.921	-	20.921
Contas a receber de clientes	15.772	-	15.772
Outros tributos a recuperar	2.258	-	2.258
Outros ativos	4.043	—	4.043
Imobilizado, líquido	515.948	181.437	697.385
Intangível, líquido	-	181.148	181.148
Valor justo dos ativos	718.807	362.585	1.081.392
Fornecedores	(83.238)	-	(83.238)
Encargos sociais e trabalhistas	(2.463)	-	(2.463)
Empréstimos e financiamentos	(332.000)	-	(332.000)
Tributos diferidos	(41.349)	-	(41.349)
Provisões para processos judiciais e outros	(204)	—	(204)
Provisões para desmobilização	(33.036)	-	(33.036)
Valor justo dos passivos	(492.290)	—	(492.290)
Valor justo dos ativos líquidos	226.517	362.585	589.102
Saldo de caixa na aquisição da controlada			159.865
Contraprestação transferida			(589.102)
Caixa líquido por aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru			(429.237)

1.3 Reorganização societária

Em 29 de março de 2021, foi concluída a reorganização societária da AES Brasil Energia S.A., atual controladora direta da Companhia (vide nota explicativa nº 23), realizada por meio de incorporação das

Notas Explicativas

ações da Companhia por seu valor patrimonial, com emissão de novas ações ordinárias da AES Brasil Energia S.A. aos acionistas da Companhia, passando a AES Brasil Energia S.A., em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia. Neste sentido, as ações de emissão da Companhia deixam de ser negociadas e iniciam os negócios com as ações da AES Brasil Energia S.A. no Novo Mercado da B3.

Em 12 de maio de 2021, a Companhia adquiriu da Cemig II CV (controlada pela The AES Corporation ("AES Corp")), sob uma proposta de reorganização societária, a AES Operações. A reorganização societária será realizada pela incorporação da Companhia pela AES Operações. A Reorganização é mais um passo de uma reestruturação de longo prazo, que permitirá que a AES Brasil consolide os seus investimentos em renováveis e invista em novos negócios.

Como parte do processo de reorganização, em 23 de julho de 2021 a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") deferiu, nos termos do seu Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, o pedido de listagem da AES Operações e admissão à negociação das ações ordinárias da Companhia no segmento básico da B3. Esse deferimento estava condicionado (i) à obtenção do registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), concedido em 17 de agosto de 2021, como Companhia de capital aberto, na categoria "A"; e (ii) a divulgação de Comunicado ao Mercado sobre a conclusão da Reorganização Societária.

A controlada direta AES Operações acumula saldos históricos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição sobre o lucro líquido, sobre o quais não constituía ativo fiscal diferido devido a ausência de lucro tributável futuro. Entretanto, considerando a reorganização societária, cujo intuito é otimizar a estrutura societária e de capital, de modo que a AES Brasil e suas controladas consolidem seus investimentos em fontes renováveis, suportando assim sua estratégia de crescimento e diversificação de portfólio, a AES Operações, com a incorporação da Companhia, passará a ter uma expectativa de lucros tributáveis futuros, razão pela qual, em 30 de setembro de 2021, reconheceu um diferido ativo no montante de R\$532.611. A esse respeito, cabe destacar que a transação tem sua expectativa de realização prevista para o 4º trimestre de 2021, mas como o grupo AES já detém o controle de todos os aspectos que a envolvem para implementá-la, o ativo fiscal diferido foi reconhecido em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021

Reorganização societária

Em 29 de março de 2021, foi concluída a reorganização societária da AES Brasil Energia S.A., atual controladora direta da Companhia (vide nota explicativa nº 23), realizada por meio de incorporação das ações da Companhia por seu valor patrimonial, com emissão de novas ações ordinárias da AES Brasil Energia S.A. aos acionistas da Companhia, passando a AES Brasil Energia S.A., em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da Companhia. Vide nota explicativa nº 1.4.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis

A divulgação completa sobre a avaliação e acompanhamento do COVID-19 foi detalhada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020. Até o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Companhia.

Repactuação do risco hidrológico GSF (*Generation Scaling Factor*)

Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL Nº 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu as regras e metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e oficializou as condições para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico no montante de R\$946.957 foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia feita com base no entendimento da regulamentação final da ANEEL, e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para a repactuação do risco hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da Companhia de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela Aneel em extensão do prazo da outorga e a Companhia passou a ter um direito de extensão de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos divulgados anteriormente, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que apesar de tratar da desestatização da Eletrobrás, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, trazendo nova redação para compensação do risco hidrológico para dois grupos de usinas, aquelas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulado e aquelas denominadas estruturantes. Assim, a determinação modifica apenas o cálculo de valores para usinas que disponham de comercialização no mercado regulado e tenham repactuado o risco hidrológico ou usinas estruturantes, não havendo perspectiva de mudança do cálculo para os ativos da Companhia.

O entendimento supracitado foi corroborado pela Diretoria Colegiada da ANEEL, que aprovou, em 03 de agosto de 2021, a homologação parcial dos valores de extensão da concessão das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE. Sendo que, para os ativos da Companhia, houve aprovação da homologação total. Com a aprovação, a Companhia solicitou a extensão do prazo em concordância com os valores apresentados na Resolução Homologatória nº 2.919/2021. A extensão do prazo de outorga não altera as taxas de depreciação das usinas e ainda está em processo de definição dos termos da aceitação da extensão da outorga pelo órgão regulador, ANEEL.

Notas Explicativas

Como preconizado pela Resolução Homologatória nº 2.919/2021, para cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 7º, da REN nº 895/2020, foram preenchidos os formulários eletrônicos, que deram origem aos Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE para cada usina da Companhia, conforme listadas a seguir:

Empreendimento	Central Elétrica de Geração	Potência Instalada (kW)	Extensão do Prazo (dias)	Nova vigência
ÁGUA VERMELHA	UHE.PH.MG.000041-8.01	1.396.200	963	09/08/2032
BARRA BONITA	UHE.PH.SP.000208-9.01	140.760	893	31/05/2032
BARIRI	UHE.PH.SP.000203-8.01	143.100	947	24/07/2032
EUCLIDES DA CUNHA	UHE.PH.SP.000923-7.01	108.800	920	27/06/2032
CACONDE (GRAMINHA)	UHE.PH.SP.000588-6.01	80.400	883	21/05/2032
IBITINGA	UHE.PH.SP.001097-9.01	131.490	965	11/08/2032
LIMOEIRO	UHE.PH.SP.001328-5.01	32.000	942	19/07/2032
MOGI GUAÇU	PCH.PH.SP.001479-6.01	7.200	925	02/07/2032
NOVA AVANHANDAVA	UHE.PH.SP.001552-0.01	347.400	890	28/05/2032
PROMISSÃO	UHE.PH.SP.002158-0.01	264.000	1.008	23/09/2032
SÃO JOAQUIM	PCH.PH.SP.028826-8.01	3.000	1.267	08/06/2036
SÃO JOSE	PCH.PH.SP.028823-3.01	4.000	1.276	17/06/2036

Adicionalmente, ocorreu em 30 de setembro de 2021 a transferência da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 92/1999, bem como das autorizações detidas pela AES Tietê Energia S.A. em favor da AES Operações, dado o processo de incorporação em andamento (nota explicativa nº 1.4).

Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A.

Em 17 de março de 2021, a Companhia firmou um acordo de investimento com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), por meio do qual o Itaú subscreve novas ações preferenciais, emitidas pela sua controlada direta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação, de geração de energia eólica e solar.

Em 30 de abril de 2021, após a satisfação de determinadas condições suspensivas nos termos do Acordo de Investimento, comuns em operações dessa natureza, a Companhia e o Itaú efetivaram a transação. Com a subscrição do aumento de capital, no valor de R\$855.000, o Itaú se tornou acionista da Guaimbê Holding. Dessa forma, a Companhia passou a deter 1.335.608.832 ações ordinárias, ou 80,10%, e o Itaú 331.818.000 ações preferenciais, ou 19,90% de participação societária.

O montante aportado pelo Itaú na controlada direta Guaimbê Holding, no valor de R\$855.000 está sendo apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas como atividade de financiamento, pois trata-se de emissão de ações preferenciais de controlada.

Acordo de Investimento com BRF S.A.

Em 16 de agosto de 2021, a controlada direta Tucano Holding I firmou um acordo de investimento com a BRF S.A. ("BRF") para a constituição de uma *joint venture*, tendo por objeto a geração de energia eólica. O Projeto possuirá 160 MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 92 MW médios de energia assegurada a P50, dos quais 80 MW médios serão comercializados por meio de um contrato com prazo de 15 anos ("PPA") com início de vigência em 2024, a ser firmado entre a JV e BRF na data do fechamento da operação, que está prevista para o quarto trimestre de 2021, após o cumprimento das condições precedentes previstas no Acordo.

O Projeto será desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína ("Complexo"), no Estado do Rio Grande do Norte, com início da construção previsto para o quarto trimestre de 2021. O CAPEX estimado para o desenvolvimento do parque eólico é de aproximadamente R\$ 825.312.

Venda de ativos de geração distribuída

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a

Notas Explicativas

consequente venda de 100% das quotas da controlada direta AES Tietê Inova e as controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II. Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil. Vide nota explicativa nº 10.

Aquisição de complexos e projetos eólicos

Em 30 de abril de 2021 e 24 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru e do Complexo Eólico Cajuína, respectivamente. Em 19 de julho de 2021 e 30 de julho de 2021 a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição de 21 empresas que irão compor a segunda e terceira fase do Complexo Eólico Cajuína. Vide nota explicativa nº 1.

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 30 de outubro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021, submetendo-as nesta data ao conhecimento do Conselho de Administração.

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), assim como as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, publicadas em 24 de fevereiro de 2021. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações contábeis anuais.

Notas Explicativas

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Complexo Eólico Tucano	(a)
1.5	Complexo Eólico Ventus	(a)
1.6	Geração distribuída	(a)
1.8	Complexo Eólico - Cúbico Brasil S.A	(a)
1.9	Obrigação de expansão	(a)
2	Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas informações contábeis	(b)
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(b)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
21	Patrimônio Líquido	(b)
22.1	Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes	(b)
22	Destinação do resultado	(a)
30.1	Hierarquia do valor justo	(a)
30.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
30.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
30.2 (b.2)	Risco de gerenciamento de capital	(b)
30.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
30.2 (c.3)	Risco de reconstrução (volume, preço e diferença de submercado)	(a)
30.2 (c.4)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
30.2 (c.5)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
30.2 (c.6)	Risco socioambiental	(a)
30.2 (c.7)	Risco de obrigação de expansão	(a)
30.2 (c.8)	Risco da escassez de vento	(a)
34	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

3.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais, no montante de R\$334.395 (R\$588.793 nas individuais em 31 de dezembro de 2020), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Além disso, se for necessário para honrar seus compromissos, sua controladora AES Brasil Energia aportará recursos na Companhia. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas

Notas Explicativas

controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, com o objetivo de simplificar e melhorar a apresentação das informações dos resultados relativos ao período findo em 30 de setembro de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 dos saldos patrimoniais, procedeu reclassificações nessas informações contábeis originalmente publicadas em 06 de maio de 2020 e 24 de fevereiro de 2021, respectivamente. As reclassificações são resumidas conforme o quadro a seguir:

		Controladora					
		01.07.2020 a 30.09.2020			01.01.2020 a 30.09.2020		
Referência		Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS							
Receita operacional líquida	(a)	388.042	—	388.042	1.181.219	—	1.181.219
Custo dos produtos e serviços vendidos	(a) e (b)	—	(199.949)	(199.949)	—	(556.242)	(556.242)
Gerais e administrativas	(b)	—	(28.598)	(28.598)	—	(126.828)	(126.828)
Outras despesas e receitas operacionais	(b)	—	(452)	(452)	—	23.016	23.016
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(85.581)	85.581	—	(206.449)	206.449	—
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(b)	(35.435)	35.435	—	(106.147)	106.147	—
Taxa de fiscalização	(b)	(2.033)	2.033	—	(6.099)	6.099	—
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(a)	—	—	—	—	—	—
Pessoal e administradores	(b)	(34.226)	34.226	—	(102.309)	102.309	—
Entidade de previdência privada	(b) e (c)	(1.490)	1.490	—	(4.420)	4.420	—
Serviços de terceiros	(b)	(20.036)	20.036	—	(108.970)	108.970	—
Material	(b)	(1.714)	1.714	—	(6.514)	6.514	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(b)	(534)	534	—	20.666	(20.666)	—
Depreciação e amortização	(b)	(42.619)	42.619	—	(125.058)	125.058	—
Outras receitas e despesas operacionais	(b)	(5.331)	5.331	—	(14.754)	14.754	—
Resultado de equivalência patrimonial	(d)	68.489	(2.726)	65.763	125.410	(8.026)	117.384
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(d)	(2.726)	2.726	—	(8.026)	8.026	—
Receitas financeiras	(e)	9.257	—	9.257	33.464	13.458	46.922
Despesas financeiras	(c) e (e)	(191.401)	(16)	(191.417)	(375.524)	(329)	(375.853)
Variações cambiais, líquidas	(e)	(16)	16	—	13.129	(13.129)	—
Contribuição social		693	—	693	(21.390)	—	(21.390)
Imposto de renda		2.229	—	2.229	(57.918)	—	(57.918)
Contribuição social diferida		1.496	—	1.496	4.061	—	4.061
Imposto de renda diferido		4.079	—	4.079	11.050	—	11.050
TOTAL		51.143	—	51.143	245.421	—	245.421

Notas Explicativas

		Consolidado					
		01.07.2020 a 30.09.2020			01.01.2020 a 30.09.2020		
Referência		Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS							
Receita operacional líquida	(a)	509.374	—	509.374	1.478.977	—	1.478.977
Custo dos produtos e serviços vendidos	(a) e (b)	—	(244.007)	(244.007)	—	(708.620)	(708.620)
Gerais e administrativas	(b)	—	(32.493)	(32.493)	—	(134.001)	(134.001)
Outras despesas e receitas operacionais	(b)	—	(1.018)	(1.018)	—	27.786	27.786
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(77.699)	77.699	—	(194.812)	194.812	—
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(b)	(41.003)	41.003	—	(122.052)	122.052	—
Taxa de fiscalização	(b)	(2.580)	2.580	—	(7.741)	7.741	—
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(a)	—	—	—	—	—	—
Pessoal e administradores	(b)	(34.336)	34.336	—	(102.672)	102.672	—
Entidade de previdência privada	(b) e (c)	(1.492)	1.492	—	(4.424)	4.424	—
Serviços de terceiros	(b)	(33.618)	33.618	—	(144.307)	144.307	—
Material	(b)	(4.281)	4.281	—	(12.852)	12.852	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(b)	(616)	616	—	26.468	(26.468)	—
Depreciação e amortização	(b)	(79.795)	79.795	—	(235.948)	235.948	—
Outras receitas e despesas operacionais	(b)	(2.098)	2.098	—	(16.495)	16.495	—
Resultado de equivalência patrimonial	(d)	91	—	91	91	—	91
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(d)	—	—	—	—	—	—
Receitas financeiras	(e)	11.474	—	11.474	41.039	14.194	55.233
Despesas financeiras	(c) e (e)	(196.593)	407	(196.186)	(391.063)	(3.872)	(394.935)
Variações cambiais, líquidas	(e)	407	(407)	—	10.322	(10.322)	—
Contribuição social		(730)	—	(730)	(26.218)	—	(26.218)
Imposto de renda		(450)	—	(450)	(67.098)	—	(67.098)
Contribuição social diferida		1.319	—	1.319	3.897	—	3.897
Imposto de renda diferido		3.769	—	3.769	10.309	—	10.309
TOTAL		51.143	—	51.143	245.421	—	245.421

Notas Explicativas

Referência	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (f)	—	27.904	27.904	—	30.274	30.274
Outros tributos a recuperar (f)	28.329	(27.904)	425	34.827	(30.274)	4.553
Outros ativos	—	—	—	55.413	(3.579)	51.834
Conta de ressarcimento	—	—	—	—	3.579	3.579
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Cauções e depósitos vinculados (g)	51.048	(14.966)	36.082	152.150	(14.966)	137.184
PASSIVO CIRCULANTE						
Imposto de renda e contribuição social a pagar (f)	—	—	—	—	4.775	4.775
Outros tributos a pagar (f)	14.629	—	14.629	22.859	(4.775)	18.084
Passivo de arrendamento (h)	876	(876)	—	1.884	(1.884)	—
Outras obrigações	37.395	876	38.271	147.479	—	147.479
(-) Reclassificação de ressarcimento (i)	—	—	—	—	(101.000)	(101.000)
(-) Reclassificação de arrendamento (h)	—	—	—	—	1.884	1.884
Total da rubrica Outras obrigações após reclassificação				147.479	(99.116)	48.363
Conta de ressarcimento	—	—	—	—	101.000	101.000
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Obrigações de aquisições e outras obrigações	82.999	—	—	184.792	—	—
(-) Reclassificação de ressarcimento (i)	—	—	—	—	(26.173)	(26.173)
(-) Reclassificação de obrigações de aquisições (i)	—	(48.082)	(48.082)	—	(48.082)	(48.082)
(-) Reclassificação de instrumentos financeiros (i)	—	(8.039)	(8.039)	—	(8.039)	(8.039)
(-) Reclassificação de cauções e depósitos vinculados (g)	—	(14.966)	(14.966)	—	(14.966)	(14.966)
Total da rubrica Outras obrigações após reclassificação	82.999	(71.087)	11.912	184.792	(97.260)	87.532
Obrigações de aquisições (i)	—	48.082	48.082	—	48.082	48.082
Instrumentos financeiros (i)	—	8.039	8.039	—	8.039	8.039
Conta de ressarcimento (i)	—	—	—	—	26.173	26.173
TOTAL	215.276	(29.932)	117.311	746.883	(29.932)	448.009

A natureza das reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

(a) A Companhia reclassificou a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH), originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado como um custo com energia elétrica para a rubrica “Receita Líquida”.

(b) As reclassificações a seguir foram efetuadas com o objetivo segregar os custos relacionados à atividade-fim do negócio e as despesas, que não possuem atividade-fim do negócio: no saldo das rubricas de "Pessoal e administradores", "Entidade de previdência privada", "Serviços de terceiros", "Material", "Provisão para processos judiciais e outros, líquida", "Depreciação e amortização", "Outras receitas e despesas operacionais", "Taxa de fiscalização", "Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão" e "Energia elétrica comprada para revenda".

Notas Explicativas

(c) A Companhia reclassificou os juros sobre a obrigação atuarial e os rendimentos sobre os ativos do plano de previdência, originalmente apresentados na rubrica de Entidade de previdência privada, para a rubrica “Despesas financeiras”.

(d) A Companhia reclassificou a Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições, originalmente apresentada em rubrica específica na demonstração de resultado para a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

(e) A Companhia reclassificou as variações cambiais, líquidas negativas para a rubrica de “Despesas financeiras” e as variações cambiais, líquidas positivas para rubrica de “Receitas financeiras”.

(f) A Companhia optou por segregar os saldos de impostos sobre o lucro dos demais impostos, tanto no ativo quanto no passivo.

(g) A Companhia reavaliou os compromissos contratuais, no montante de R\$14.966, que referem-se ao depósito de garantias para litígios, earn-out e indenização geral dos vendedores oriundas da aquisição do Complexo Alto Sertão II, conforme condição precedente do Memorando de Fechamento assinado entre as partes. Os valores depositados nas contas garantia são comunicáveis entre si e garantem o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores. Dessa forma, a Companhia entende que os saldos possuem a mesma natureza, logo, reclassificou R\$14.966 da rubrica “Cauções e depósitos vinculados” do ativo não circulante para a rubrica “Obrigações de aquisições” no passivo não circulante apresentando-os de forma líquida no seu balanço patrimonial.

(h) A Companhia optou por apresentar o saldo de arrendamentos do passivo circulante junto com a rubrica de outros, devido a sua relevância de R\$1.884.

(i) A companhia optou por apresentar o saldo de ressarcimento, obrigações de aquisições e instrumentos financeiros em rubricas segregadas, tanto na controladora quanto no consolidado, devido a sua relevância.

3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

3.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

As seguintes entidades, adquiridas em 2021, são consideradas como controladas ou *joint ventures*:

				Participação	
Descrição	Atividade	Complexo	Sede	30.09.2021	31.12.2020
Controladas diretas:					
MS Participações Societárias S.A. ("MS")	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	—
Santos Energia Participações S.A. ("Santos")	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	—
AES Brasil Operações S.A. ("AES Operações")	Holding	Holding	Bauru, SP	100%	—
Controladas indiretas:					
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Bela Vista")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	—
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Embuaca")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Icarai")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%	—
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Mar e Terra")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	—
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. ("Santo Antônio de Pádua")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Central Eólica São Cristóvão S.A. ("São Cristóvão")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Central Eólica São Jorge S.A. ("São Jorge")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 02")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 02")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 03")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 04")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 05")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 06")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 07")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 08")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 09")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 10")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 11 nergias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 11")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 12")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 13")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 14")	Geração eólica	Complexo Cajuína I	Maracanaú, CE	100%	—
Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 01")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 02")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 03")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Fernando Pedroza, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 04")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 05")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 06")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 07")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 08")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 09")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 10")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 11")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 12")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—



Notas Explicativas

Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 13")	Geração eólica	Complexo Cajuína II	Lajes, RN	100%	—
Serra Verde I Energética S.A. ("Serra Verde I")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Serra Verde II Energética S.A. ("Serra Verde II")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Serra Verde III Energética S.A. ("Serra Verde III")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Serra Verde IV Energética S.A. ("Serra Verde IV")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Serra Verde V Energética S.A. ("Serra Verde V")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Serra Verde VI Energética S.A. ("Serra Verde VI")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Serra Verde VII Energética S.A. ("Serra Verde VII")	Geração eólica	Complexo Cajuína III	Curitiba, PR	100%	—
Veleiros Holding S.A. ("Veleiros")	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	—
Potengi Holdings S.A. ("Potengi")	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	—

Notas Explicativas

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	9.471	417	21.450	9.436
Operação compromissada	—	492.200	10.583	495.438
Subtotal	9.471	492.617	32.033	504.874
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	64.399	716.829	698.114	1.204.674
Operação compromissada	—	111.610	—	111.610
Fundo de investimentos				
Letra financeira	—	16.441	—	16.441
LTN e NTN over	—	169.568	—	169.568
Debêntures	—	14.983	—	14.983
Letra financeira com fluxo	—	3.755	—	3.755
Subtotal	64.399	1.033.186	698.114	1.521.031
Total	73.870	1.525.803	730.147	2.025.905

A redução do caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo deve-se, principalmente, pelo pagamento da liquidação financeira da CCEE de débitos oriundos do GSF, em 07 de janeiro de 2021, no valor de R\$1.308.698.

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2021 estão representados por operações com CDB com rentabilidade média consolidada de 98,48% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,93% em 31 de dezembro de 2020).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
<u>CIRCULANTE</u>					
Consumidores livres		166.353	173.061	182.336	185.419
Mercado de curto prazo (i)		—	6.745	7.944	62.697
Contratos de energia eólicos		—	—	46.324	27.301
Contratos de energia solares		—	—	10.730	10.730
Partes relacionadas	29	3.258	1.946	—	—
Serviços prestados		4	7	41	424
Total		169.615	181.759	247.375	286.571

- (i) Inadimplência causada pelas ações judiciais relacionadas ao GSF impactava todo o mercado de curto prazo. A decisão estabelecida pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, destravou operações não liquidadas no Mercado de Curto Prazo e com isso a maior parte dos créditos em aberto na Companhia e suas controladoras foram liquidados ao longo do período.

Notas Explicativas

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Controladora					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				Total
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
CIRCULANTE						
Consumidores livres	166.353	—	—	—	—	166.353
Partes relacionadas	3.258	—	—	—	—	3.258
Serviços Prestados	4	—	—	—	—	4
Total	169.615	—	—	—	—	169.615

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				Total
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias	
CIRCULANTE						
Consumidores livres	182.336	—	—	—	—	182.336
Mercado de curto prazo	—	39	—	148	7.757	7.944
Contratos de energia eólicos	46.324	—	—	—	—	46.324
Contratos de energia solares	10.730	—	—	—	—	10.730
Serviços prestados	41	—	—	—	—	41
Total	239.431	39	—	148	7.757	247.375

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda	41.188	15.377	43.469	16.072
Contribuição social	23.585	10.284	24.847	10.754
Imposto de renda retido na fonte	4.386	2.243	8.108	3.448
Total	69.159	27.904	76.424	30.274
Outros tributos a recuperar				
PIS e Cofins	206	412	2.897	4.370
Outros	7	13	306	183
Total	213	425	3.203	4.553

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balanco Patrimonial		Resultado		Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	30.09.2020
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Tributos ativos:								
Prejuízo fiscal e base negativa (nota 1.4)	—	—	—	—	545.379	943	544.436	(182)
Provisão para participação nos lucros e resultados	3.654	4.481	(827)	(940)	3.660	4.494	(834)	(943)
Provisão para processos fiscais	6.980	6.838	142	678	6.980	6.838	142	678
Provisão para processos trabalhistas	995	773	222	(492)	995	774	221	(492)
Provisão de benefício a empregados	2.027	(651)	2.678	2.460	2.027	(651)	2.678	2.460
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	2.027	—	(1)	2.027	2.027	—	(1)
Provisão para processos cíveis	20.561	17.490	3.071	1.642	20.561	17.490	3.071	1.642
Créditos fiscais de ágios incorporados	82.291	92.618	(10.327)	(11.148)	82.291	92.618	(10.327)	(11.149)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	9.511	9.904	(393)	(2.155)	9.640	11.197	(1.557)	(1.605)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	10.247	—	—	—	10.247	—	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	45.331	45.331	—	—	45.331	45.331	—	—
Ressarcimento de energia	—	—	—	—	5.500	3.384	2.116	1.237
Variação cambial não realizada	281	2.841	(2.560)	(584)	2.841	2.864	(23)	(584)
Outros	3.635	3.816	(182)	489	3.630	3.814	(182)	(49)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(302.986)	(324.489)	21.503	21.547	(302.986)	(324.489)	21.503	21.547
Ativo intangível - uso do bem público	(7.699)	(8.232)	533	683	(7.699)	(8.232)	533	683
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(845)	(576)	(269)	2.136	(845)	(530)	(315)	2.136
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(21.856)	(22.381)	525	397	(71.006)	(22.381)	(1.316)	397
Variação Cambial Ativa Não Realizada	(382)	(2.734)	2.352	—	(10.200)	(4.415)	(5.785)	—
Ativo intangível - GSF	(312.615)	(321.965)	9.350	—	(312.615)	(321.965)	9.350	—
Outros	—	—	—	399	(6.844)	(3.139)	(8.336)	(1.569)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	(458.843)	(494.909)	25.818	15.111	28.914	(494.028)	555.375	14.206
Total Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido								
	(458.843)	(494.909)	25.818	15.111	28.914	(494.028)	555.375	14.206
Apresentação no balanço patrimonial								
Ativo líquido	—	—			538.118	4.584		
Passivo líquido	(458.843)	(494.909)			(509.204)	(498.612)		
Total	(458.843)	(494.909)			28.914	(494.028)		

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	30.09.2021			31.12.2020
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	187.540	(646.383)	(458.843)	(494.909)
AES Operações	532.611	—	532.611	—
AES Tietê Integra	1.891	—	1.891	956
AES Tietê Inova	—	—	—	1.587
Tucano H. I	2.560	(7.801)	(5.241)	—
Ametista	824	(78)	746	424
Araças	566	(98)	468	353
Borgo	65	(100)	(35)	(314)
Caetite	198	(146)	52	(413)
Da Prata	88	(73)	15	20
Dourados	713	(75)	638	434
Espigão	124	(50)	74	(54)
Maron	457	(82)	375	179
Morrão	268	(117)	151	112
Pelourinho	125	(68)	57	(38)
Pilões	580	(76)	504	305
Seraíma	396	(109)	287	214
Serra do Espinhaço	80	(78)	2	(127)
Tanque	145	(89)	56	(17)
Ventos do Nordeste	—	(212)	(212)	(159)
AGV IV	36	(17)	19	(38)
AGV V	123	(30)	93	(49)
AGV VI	108	(30)	78	(29)
Boa Hora 1	—	(97)	(97)	(130)
Boa Hora 2	—	(111)	(111)	(154)
Boa Hora 3	—	(109)	(109)	(156)
Guaimbê I	52	(52)	—	(25)
Guaimbê II	—	(60)	(60)	(44)
Guaimbê III	—	(94)	(94)	(246)
Guaimbê IV	—	(65)	(65)	(55)
Guaimbê V	—	(79)	(79)	(68)
Guaimbê Holding	—	(2.017)	(2.017)	(1.587)
Brasventos Eolo	115	(1.445)	(1.330)	—
Rei dos Ventos 3	245	(1.548)	(1.303)	—
Brasventos Miassaba 3	187	(1.656)	(1.469)	—
Bela Vista	667	(8.509)	(7.842)	—
Embuaca	2.662	(8.873)	(6.211)	—
Icarai	1.467	(4.891)	(3.424)	—
Mar e Terra	533	(7.938)	(7.405)	—
Santo Antônio de Pádua	1.239	(4.129)	(2.890)	—
São Cristóvão	2.312	(7.706)	(5.394)	—
São José	2.132	(7.104)	(4.972)	—
Consolidado	741.109	(712.195)	28.914	(494.028)
			(28.914)	
Apresentação no balanço patrimonial consolidado				
Ativo líquido				538.117 4.584
Passivo líquido				(509.203) (498.612)
Total				28.914 (494.028)

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Notas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(494.909)	(494.028)
Impacto no resultado		25.818	555.375
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)		10.248	10.247
Efeito da aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru	1.2	—	(42.680)
Saldo em 30 de setembro de 2021		(458.843)	28.914

7.2 Estimativa de recuperação de créditos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado em 30 de setembro de 2021 devido à reorganização societária descrita na nota explicativa nº 1:

	Controladora e Consolidado
	Tributos e contribuições sociais diferidos
2022	11.514
2023	25.439
2024	28.282
2025	29.317
2026	37.310
2027 a 2028	41.644
2029 a 2032	359.105
Total	532.611

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

Notas Explicativas

Notas	Controladora				Controladora			
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	33.156	11.786	1.523	8	2.229	693	(57.918)	(21.390)
Diferidos	10.725	3.889	18.923	6.895	4.079	1.496	11.050	4.061
Total	43.881	15.675	20.446	6.903	6.308	2.189	(46.868)	(17.329)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	358.069	358.069	507.409	507.409	42.646	42.646	309.618	309.618
Adições (exclusões) permanentes:								
Doações	278	278	357	357	183	183	183	183
Resultado de equivalência patrimonial	11 (576.586)	(576.586)	(627.579)	(627.579)	(68.489)	(68.489)	(125.410)	(125.410)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	15	15	(1.064)	(1.064)	1.010	1.010	1.010	1.010
Ajuste lucro presumido	—	—	—	—	—	—	—	—
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	45.027	44.106	45.027	44.106	—	—	—	—
Amortização da mais valia em combinação de negócios	—	—	—	—	1.518	1.518	4.555	4.555
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	—	—	—	—	1.208	1.208	3.471	3.471
Juros capitalizados de controladas	—	—	—	—	—	(984)	—	—
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	3.233	—	—	—	(1.139)	—	(4.842)	—
Outras	485	41	597	154	(1.236)	(249)	283	289
Total das adições (exclusões)	(527.548)	(532.146)	(582.662)	(584.026)	(66.945)	(65.803)	(120.750)	(115.902)
Resultado ajustado	(169.479)	(174.077)	(75.253)	(76.617)	(24.299)	(23.157)	188.868	193.716
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	42.370	15.667	18.813	6.895	6.075	2.084	(47.217)	(17.434)
Incentivos fiscais	—	—	110	—	5	—	117	—
Ajustes P&D	—	—	—	—	150	82	150	82
Outros	1.511	8	1.523	8	78	23	82	23
Total da despesa com tributos	43.881	15.675	20.446	6.903	6.308	2.189	(46.868)	(17.329)
 Alíquota efetiva (i)	 20,1%	 7,2%	 17,0%	 5,7%	 24,4%	 8,5%	 25,4%	 9,4%

Notas Explicativas

Notas	Consolidado				Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	28.148	9.215	(10.847)	(6.503)	(450)	(730)	(67.098)	(26.218)
Diferidos	393.981	141.879	407.864	147.511	3.769	1.319	10.309	3.897
Total	<u>422.129</u>	<u>151.094</u>	<u>397.017</u>	<u>141.008</u>	<u>3.319</u>	<u>589</u>	<u>(56.789)</u>	<u>(22.321)</u>
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	(142.401)	(142.401)	13.303	13.303	47.235	47.235	324.531	324.531
Adições (exclusões) permanentes:								
Doações	278	278	357	357	—	—	—	—
Resultado de equivalência patrimonial	11 (858.697)	(858.697)	(858.943)	(858.943)	(91)	(91)	(91)	(91)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	15	15	(1.064)	(1.064)	—	—	—	—
Ajuste lucro presumido	(1.599.865)	(1.593.411)	(1.649.747)	(1.633.413)	(66.011)	(60.783)	(113.999)	(100.498)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	87.172	87.172	101.540	101.540	4.038	4.035	9.726	9.723
Amortização da mais valia em combinação de negócios	32.810	32.810	43.571	43.571	1.518	1.518	4.555	4.555
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	(3.123)	(3.123)	(13.923)	(13.923)	2.504	2.504	7.539	7.539
Juros capitalizados de controladas	(16.378)	(16.378)	(24.551)	(24.551)	(740)	(740)	(1.126)	(1.126)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial	—	—	(3.233)	(3.233)	(1.139)	—	(4.842)	—
Outras	(3.885)	(651)	(8.977)	(5.804)	2.468	1.037	5.742	4.647
Total das adições (exclusões)	<u>(2.361.673)</u>	<u>(2.351.985)</u>	<u>(2.414.970)</u>	<u>(2.395.463)</u>	<u>(57.453)</u>	<u>(52.520)</u>	<u>(92.496)</u>	<u>(75.251)</u>
Resultado ajustado	<u>(2.504.074)</u>	<u>(2.494.386)</u>	<u>(2.401.667)</u>	<u>(2.382.160)</u>	<u>(10.218)</u>	<u>(5.285)</u>	<u>232.035</u>	<u>249.280</u>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	626.019	224.495	600.417	214.394	2.555	476	(58.009)	(22.435)
Incentivos fiscais	—	—	110	—	4	—	117	—
Ajustes P&D	—	—	—	—	160	86	168	90
Outros	—	—	380	14	600	27	935	24
Total da despesa com tributos	<u>626.019</u>	<u>224.495</u>	<u>600.907</u>	<u>214.408</u>	<u>3.319</u>	<u>589</u>	<u>(56.789)</u>	<u>(22.321)</u>
Alíquota efetiva (i)	62,5%	22,4%	71,1%	25,4%	-7,0%	-1,2%	17,5%	6,9%

(i) Para fins de cálculo da alíquota efetiva, considerou-se o resultado antes dos tributos excluindo o efeito da equivalência patrimonial.

7.3 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Prejuízos fiscais	844.584	537.887
Base negativa de contribuição social	849.661	537.887
Diferenças temporárias	20.887	26.713

Em 30 de setembro de 2021, inclui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$262.421 e R\$267.498 respectivamente, da controlada direta adquirida AES Brasil Operações e prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$551.359 da controlada direta Tietê Eólica.

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos tendo em vista que esses prejuízos e bases negativas de contribuição social são substancialmente detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis e resultados não tributáveis de equivalência patrimonial decorrente de investimentos em controladas.

7.4 Créditos fiscais de ágios incorporados

Notas Explicativas

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do período. Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	30.09.2021		31.12.2020	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(173.318)	114.390	(58.928)	(52.690)
Subtotal	146.246	(96.522)	49.724	55.962
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(720.465)	482.485	(237.980)	(234.371)
Subtotal	87.839	(59.079)	28.760	32.369
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(71.223)	47.007	(24.216)	(23.736)
Subtotal	11.197	(7.390)	3.807	4.287
Total	245.282	(162.991)	82.291	92.618

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	92.618
Amortização	(30.782)
Reversão	20.455
Saldo em 30 de setembro de 2021	82.291

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Garantias de compromissos contratuais		796	772	796	772
Garantias de financiamento (i)		—	16.136	40.935	21.843
Subtotal		796	16.908	41.731	22.615
NÃO CIRCULANTE					
Garantias de financiamento (i)		26.244	18.558	227.649	119.619
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	19	17.938	17.524	21.657	17.565
Subtotal		44.182	36.082	249.306	137.184
Total		44.978	52.990	291.037	159.799

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que destinam-se aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia, do Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, nos montantes de R\$26.244, R\$39.990, R\$55.685 e R\$146.665, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, devem ser aplicados, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 98,48% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	52.990	159.799
Adições (i)	42.749	191.231
Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	—	130.944
Atualização monetária	1.053	4.226
Baixas e resgates (ii)	(51.814)	(195.163)
Saldo em 30 de setembro de 2021	44.978	291.037

- (i) Na controladora, as adições no montante de R\$42.749 referem-se principalmente às garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures. Já no consolidado, R\$36.000 refere-se às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, R\$65.316 do Complexo Eólico Ventus e R\$47.166 do Complexo Salinas e Mandacaru.
- (ii) Na controladora, os resgates, no montante de R\$51.814, referem-se, principalmente, aos resgates de garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures. Já no consolidado, referem-se também, principalmente, a resgates de garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, no montante de R\$53.941, Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$60.245 e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, no montante de R\$29.163.

Notas Explicativas

9. OUTROS ATIVOS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Conta de ressarcimento	9.a	—	—	19.141	25.468
Outros ativos	9.b	48.741	30.889	87.370	64.190

9.a Ressarcimento ativo:

Ressarcimento ativo

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de outras obrigações. Já os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos têm como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de setembro de 2021, o ativo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$ 13.309 (R\$ 3.579 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 5.832 (R\$ 21.889 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

9.b. Outros ativos:

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Almoxarifado		9.710	5.145	29.880	18.272
Despesas pagas antecipadamente		7.369	7.094	9.864	7.271
Indenização de seguro a receber		—	—	1.174	7.092
Contas a receber sobre venda de participação acionária (i)		—	—	1.637	9.628
Dividendos a receber	29	45	—	—	—
Adiantamentos sobre aquisição de projeto		1.485	—	1.485	—
Outros ativos a receber de partes relacionadas	29	309	1.007	4.285	742
Adiantamento a empregados		1.871	—	1.881	2.093
Outros		2.990	759	5.458	6.736
Subtotal		23.779	14.005	55.664	51.834
NÃO CIRCULANTE					
Indenização de seguro a receber		—	—	8.453	—
Despesas pagas antecipadamente		4.811	2.952	5.046	2.952
Imposto de renda		—	—	2.944	3.833
Contas a receber de partes relacionadas	29	17.270	13.829	2.411	—
INSS		—	—	1.762	1.762
ICMS		1.390	—	1.390	—
Tributos diferidos sobre ressarcimento (ii)		—	—	6.514	3.051
Outros		1.491	103	3.186	758
Subtotal		24.962	16.884	31.706	12.356
Total		48.741	30.889	87.370	64.190

(i) Refere-se à venda de 50% de participação acionária indireta da Tucano Holding III S.A. para a Unipar.

(ii) Refere-se a Pis e Cofins sobre ressarcimento de eólicas e solares.

Notas Explicativas

10. VENDA DE ATIVOS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a proposta de venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil através da venda de 100% das quotas de sua controlada direta AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II.

Considerando que o ativo estava disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos habituais e costumeiros para venda e, a venda ser altamente provável em até um ano, os ativos e passivos das controladas diretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II estavam apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o SPA foi executado e a alienação de 100% das quotas foi concluída para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Dessa forma, em 11 de junho de 2021, a Companhia efetuou a desconsolidação dos ativos e passivos dessas controladas, sendo a demonstração de resultados da controladora impactada pelo método de equivalência patrimonial até a mesma data.

O valor da contraprestação recebida foi no montante de R\$100.695, sendo R\$66.656 pagos pelos compradores na data de fechamento da transação, e R\$34.039 foram retidos (R\$35.104 atualizados até 30 de setembro de 2021), sujeitos ao cumprimento de condições pós fechamento, pois referem-se a obrigações contratuais, ambientais, patrimoniais e técnicas, registrados sob a rubrica de outros ativos, (vide nota explicativa nº 9). O ganho na venda de controlada, líquido dos custos de venda, no montante de R\$2.798, foi no montante de R\$9.644. A Companhia espera receber esses valores em até 9 meses da data do *closing*. Em função da venda não ser considerada relevante para a Companhia, o ganho e perda foi apresentado na rubrica de outras receitas operacionais e não como uma operação descontinuada. Abaixo, segue um resumo da transação de venda.

(+) Contraprestação recebida	100.695
(-) Valor contábil dos ativos vendidos em 11 de junho de 2021	(88.253)
(-) Custos de venda	(2.798)
Ganho na venda de controlada	9.644

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (i)	3.868.649	3.483.728	87.641	52.355
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (ii)	59.427	60.913	—	—
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (iii)	236.193	64.530	—	—
Mais valia dos investimentos adquiridos (iv)	403.375	229.558	—	—
Total	4.567.644	3.838.729	87.641	52.355

- (i) Na controladora, em 31 de dezembro de 2020, incluía adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para a controlada direta Nova Energia, no montante de R\$854.409 efetuado em 24 de abril de 2019. Em abril de 2021, a Companhia e sua controlada rescindiriam o referido termo,

Notas Explicativas

sem prejuízo para a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações da referida controlada indireta.

- (ii) Refere-se aos complexos Boa Hora, Alto Sertão II e Tucano F5, nos montantes de R\$13.219, R\$16.394 e R\$29.814, respectivamente, totalizando R\$59.427, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide nota explicativa nº 13.
- (iii) Refere-se ao Complexo Solar Boa Hora, Complexos Eólicos Ventus, Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, nos montantes de R\$48.616, R\$9.488 e R\$178.089, respectivamente, totalizando R\$236.193, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide nota explicativa nº 13.
- (iv) Ajuste a valor justo nas aquisições:
- Complexo Alto Sertão II: (a) mais-vaia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Alto Sertão II, no montante de R\$103.903 amortizada a uma taxa de 4,75% a.a e (b) ajuste a valor justo do saldo de empréstimos e financiamentos relacionado aos custos de emissão capitalizados pela adquirida, no montante atualizado de R\$630.
 - Complexo Eólico Ventus: mais-vaia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$121.729 amortizada a uma taxa de 4% a.a.
 - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas: mais-vaia de máquinas e equipamentos dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Ventus, no montante de R\$178.373 amortizada a uma taxa de 4,05% a.a.

No consolidado, a mais-vaia das máquinas e equipamentos é reclassificada para a rubrica de "Imobilizado, líquido" e os custos de emissão para a rubrica de "Empréstimos, financiamentos e debêntures".

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.483.728	60.913	64.530	229.558	3.838.729
Equivalência patrimonial	652.585	—	—	—	652.585
Aumento de capital	551.139	—	—	—	551.139
Redução de capital	(28.387)	—	—	—	(28.387)
Dividendos de controladas	(76.518)	—	—	—	(76.518)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(854.409)	—	—	—	(854.409)
Aquisição de controladas	—	—	181.148	181.437	362.585
Acervo líquido adquirido	228.410	—	—	—	228.410
Venda de controlada	(88.216)	—	—	—	(88.216)
Amortização de direitos contratuais (i)	—	—	(4.292)	—	(4.292)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização (i)	—	(1.004)	(5.193)	—	(6.197)
Amortização do intangível e da mais valia gerado em aquisições(i)	—	(482)	—	(7.620)	(8.102)
Outros resultados abrangentes	317	—	—	—	317
Saldo em 30 de setembro de 2021	3.868.649	59.427	236.193	403.375	4.567.644

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

A movimentação de investimentos, consolidado, da Joint Venture é como segue:

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>52.355</u>
Equivalência patrimonial	(414)
Aumento de capital	<u>35.700</u>
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u><u>87.641</u></u>

Notas Explicativas

	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Equivalência patrimonial	Acervo líquido adquirido	Ativos e passivos avaliados ao seu valor justo em aquisição de ativos	Aumento / Redução de capital	Outros resultados abrangentes	Dividendos de controladas	Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização e da mais valia na combinação de negócios (i)	AFAC	Venda de controlada	Saldo em 30 de setembro de 2021
Boa Hora 1	121.402	8.306	—	—	—	—	(9.452)	(826)	—	—	119.430
Boa Hora 2	119.510	8.712	—	—	—	—	(11.059)	(826)	—	—	116.337
Boa Hora 3	154.147	7.157	—	—	—	—	(9.206)	(819)	—	—	151.279
Tietê Integra	13.810	(1.819)	—	—	—	—	—	—	—	—	11.991
Tietê Inova	78.331	(733)	—	—	10.601	17	—	—	—	(88.216)	—
Guaimbê Holding	1.371.008	68.995	—	—	(25.387)	—	(34.427)	(5.040)	(854.409)	—	520.740
AGV Solar IV	80.870	(1.026)	—	—	—	62	(1.734)	—	—	—	78.172
AGV Solar V	108.819	(608)	—	—	(1.500)	83	(6.072)	—	—	—	100.722
AGV Solar VI	107.861	308	—	—	(1.500)	155	(4.523)	—	—	—	102.301
Tucano Holding I	80.782	28.117	—	—	420.187	—	—	—	—	—	529.086
Tucano Holding II	101.992	(1.034)	—	—	77.183	—	—	—	—	—	178.141
Tucano F5	40.341	(53)	—	—	43.168	—	—	(666)	—	—	82.790
Ventus Holding	1.285.304	6.186	—	—	—	—	(40)	—	—	—	1.291.450
Brasventos Eolo	52.895	2.426	—	—	—	—	—	(1.368)	—	—	53.953
Brasventos Miassaba 3	49.199	1.869	—	—	—	—	(5)	(1.323)	—	—	49.740
Rei dos Ventos 3	72.458	2.156	—	—	—	—	—	(1.594)	—	—	73.020
AES Operações	—	532.415	1.892	—	—	—	—	—	—	—	534.307
MS Participações Societárias	—	(152)	155.082	308.859	—	—	—	(5.303)	—	—	458.486
Santos Energia Participações	—	(8.637)	71.436	53.726	—	—	—	(826)	—	—	115.699
Total	3.838.729	652.585	228.410	362.585	522.752	317	(76.518)	(18.591)	(854.409)	(88.216)	4.567.644

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

Notas Explicativas

(ii) Em 24 de abril de 2019, a Companhia firmou um termo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com sua controlada indireta Nova Energia, no valor de R\$854.409 (controlada direta à época do termo). No entanto, como houve um acordo de investimento, detalhado na nota explicativa nº 2, quando o Itaú aportou R\$855.000 na controlada direta Guaimbê Holding. Em abril de 2021, a Companhia e Nova Energia rescindiram o referido termo, pois entendem que aporte de capital será suficiente sem prejuízo para a manutenção das atividades e cumprimento das obrigações da referida controlada indireta.

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado (i)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado (i)
Guaimbê Solar Holding	1.335.608.832	80%	1.731.415	1.383.028	1.383.028	79.408	79.408
Tietê Integra	14.300.845	100%	14.021	11.993	11.993	(1.819)	(1.819)
Tietê Inova	87.351.252	0%	—	—	2	(1.967)	(728)
Boa Hora 1	7.586.395.435	100%	75.864	95.091	98.827	8.432	8.306
Boa Hora 2	7.903.933.876	100%	79.039	92.093	95.830	8.837	8.711
Boa Hora 3	11.553.845.402	100%	115.538	126.915	130.652	7.282	7.156
AGV Solar IV	99.000.500	100%	76.520	73.884	78.173	(886)	(1.026)
AGV Solar V	99.018.058	100%	99.018	96.464	100.721	(468)	(608)
AGV Solar VI	101.419.171	100%	101.419	97.995	102.300	448	308
Tucano F5	167.174.414	100%	53.026	52.971	52.972	(53)	(53)
AES Tucano Holding I	651.647.997	100%	501.000	503.595	529.086	3.310	28.118
AES Tucano Holding II	703.781.048	100%	179.693	178.142	178.141	(1.034)	(1.034)
Ventus Holding	169.458.024	100%	169.458	173.781	173.889	6.078	6.078
Brasventos Eolo	101.236.380	100%	101.236	108.473	55.322	4.756	(4.756)
Brasventos Miassaba 3	137.021.678	100%	137.022	146.518	74.724	3.665	(3.665)
Rei dos Ventos 3	93.594.593	100%	93.595	99.907	50.952	4.228	4.228
MS Participações Societárias	1.441.304.348	100%	11.742	149.806	154.930	(152)	555
Santos Energia Participações	226.698.112	100%	146.272	67.921	62.799	(8.638)	(8.638)
AES Operações	2.356.634	100%	2.357	534.308	534.308	532.154	532.154
Total				3.992.885	3.868.649	643.581	652.695

- (i) Juros capitalizados de controladas: Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 12) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em “Valor do patrimônio líquido ajustado” e “Lucro (prejuízo) líquido ajustado”.

Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Venture”)

A Companhia possui 50% de participação indireta na Tucano Holding III, empreendimentos controlado em conjunto (“Joint Ventures”) com a Unipar Carbocloro S.A. Em 30 de setembro de 2021, as informações contábeis intermediárias consolidadas dos empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

	Tucano Holding III
Ativo circulante	2.027
Ativo não circulante	204.566
Passivo circulante	15.361
Passivo não circulante	15.948
Valor do patrimônio líquido	175.282
Depreciação e amortização	635
Receita de juros	417
Despesa de juros	(15)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(129)
Prejuízo do período	(193)
Resultado abrangente total	(193)
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	176.935.022

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora					
30.09.2021				31.12.2020	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	-	411.781	—	411.781	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.526	(2.162.598)	769.928	831.325
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	673.064	(517.966)	155.098	165.160
Máquinas e equipamentos	3,7%	2.181.750	(1.024.019)	1.157.731	1.196.104
Veículos	14,3%	10.025	(6.649)	3.376	3.303
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.256	(4.740)	2.516	2.728
Imobilizado em serviço		6.216.402	(3.715.972)	2.500.430	2.610.401
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	—	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)		66.934	—	66.934	40.211
Bens vinculados às concessão e autorizações		6.285.435	(3.715.972)	2.569.463	2.652.711
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	9.270	(2.443)	6.827	6.528
Total Imobilizado		6.294.705	(3.718.415)	2.576.290	2.659.239

Consolidado					
30.09.2021				31.12.2020	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Terrenos	-	414.368	—	414.368	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.932.526	(2.162.598)	769.928	831.325
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,9%	854.299	(536.821)	317.478	236.863
Máquinas e equipamentos	3,6%	6.283.853	(1.543.199)	4.740.654	4.379.891
Veículos	14,3%	10.267	(6.867)	3.400	3.303
Móveis e utensílios e outros	6,3%	7.605	(4.765)	2.840	2.799
Imobilizado em serviço		10.502.918	(4.254.250)	6.248.668	5.868.465
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	—	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)		708.776	—	708.776	168.288
Bens vinculados às concessão e autorizações		11.213.793	(4.254.250)	6.959.543	6.038.852
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	9.999	(2.604)	7.395	6.944
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	98.040	(9.509)	88.531	75.837
Total Imobilizado		11.321.832	(4.266.363)	7.055.469	6.121.633

(i) O Ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas e construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores referente a pagamentos iniciais para montagem dos aerogeradores. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de setembro de 2021 representa um montante de R\$76.911 (R\$68.807 em 31 de dezembro de 2020), líquido de depreciação.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Controladora					
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Saldo em 30 de setembro de 2021
Terrenos	411.781	—	—	—	—	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	—	(66)	204	—	2.932.526
Edificações, obras civis e benfeitorias	672.977	—	—	87	—	673.064
Máquinas e equipamentos	2.165.506	—	(665)	16.909	—	2.181.750
Veículos	9.371	—	—	654	—	10.025
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	7.256	—	—	1	—	7.256
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	2.099
Em curso	40.211	40.961	—	(17.855)	3.617	66.934
Direito de uso de sede administrativa	8.170	1.100	—	—	—	9.270
Subtotal	6.249.759	42.061	(731)	—	3.617	6.294.705
Depreciação/Amortização	(3.590.520)	(127.993)	98	—	—	(3.718.415)
Total líquido	2.659.239	(85.932)	(633)	—	3.617	2.576.290

	Consolidado										
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aquisição Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	Mais valia na aquisição de ativos	Aquisição Complexo Eólico Cajúna	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Venda de ativos de geração distribuída	Saldo em 30 de setembro de 2021
Terrenos	414.284	50	—	—	34	—	—	—	—	—	414.368
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	—	—	—	—	—	(66)	204	—	—	2.932.526
Edificações, obras civis e benfeitorias	754.090	99.235	—	—	—	—	—	1.857	—	(883)	854.299
Máquinas e equipamentos	5.730.334	349.945	181.437	875	31.000	—	(10.565)	35.693	—	(34.866)	6.283.853
Veículos	9.371	242	—	—	—	—	—	654	—	—	10.267
Móveis e utensílios e outros	7.336	269	—	—	—	—	—	—	—	—	7.605
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.099
Imobilizado em curso	168.288	28.537	—	5.919	554.065	—	(1.891)	(38.408)	29.656	(37.390)	708.776
Direito de uso de sede administrativa	8.698	—	—	—	1.301	—	—	—	—	—	9.999
Direito de uso de terreno arrendado	80.178	17.565	—	—	5.521	—	—	—	—	(5.224)	98.040
Subtotal	10.107.066	495.843	181.437	6.794	591.921	—	(12.522)	—	29.656	(78.363)	11.321.832
Depreciação/Amortização	(3.985.433)	—	—	—	(287.917)	(844)	5.929	—	—	1.902	(4.266.363)
Total líquido	6.121.633	495.843	181.437	6.794	304.004	(844)	(6.593)	—	29.656	(76.461)	7.055.469

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Concessão	2.521.290	2.605.234	2.521.290	2.605.234
Autorizações	46.074	45.378	4.436.154	3.431.519
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
Total	2.569.463	2.652.711	6.959.543	6.038.852

13. INTANGÍVEL

	Controladora				
	30.09.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(63.400)	919.456	946.957
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(50.530)	22.644	24.212
Software e outros intangíveis	20,1%	69.897	(44.302)	25.595	23.522
		1.125.927	(158.232)	967.695	994.691

	Consolidado				
	30.09.2021				31.12.2020
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(63.400)	919.456	946.957
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(50.530)	22.644	24.212
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,9%	543.030	(32.331)	510.699	131.646
Direito de exploração de autorização (iv)	3,0%	139.616	(4.094)	135.522	22.282
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,4%	19.073	(2.679)	16.394	16.876
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	2,9%	63.523	(2.874)	60.649	62.011
Direitos contratuais de geração distribuída	3,2%	—	—	—	8.349
Software e outros intangíveis	20,1%	112.661	(54.492)	58.169	31.857
		1.933.933	(210.400)	1.723.533	1.244.190

(i) Refere-se à extensão de concessão registrada pela Companhia em dezembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi aprovada a Lei nº14.052/2020 que regulamentou os termos e condições para repactuação do risco não hidrológico causado pelo GSF. A lei ofereceu aos geradores uma prorrogação da concessão para compensar impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 até agosto de 2019. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a Companhia constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 01

Notas Explicativas

de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Vide nota 2.

- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Cajuína, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

A movimentação do intangível no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Controladora				Total
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		
			Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	946.957	24.212	10.412	13.110	994.691
Adições	35.899	—	4.719	—	40.618
Amortizações	(63.400)	(1.568)	—	(2.646)	(67.614)
Transferências	—	—	(1.429)	1.429	—
Saldo em 30 de setembro de 2021	919.456	22.644	13.702	11.893	967.695

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	946.957	24.212	139.995	22.282	16.876	62.011	20.070	11.787	1.244.190
Adições (i)	35.899	—	392.903	115.195	—	—	10.980	(9)	554.968
Efeito da aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru	—	—	—	—	—	—	—	19.202	19.202
Venda de ativos de geração distribuída	—	—	(8.232)	—	—	—	(76)	(252)	(8.560)
Amortizações	(63.400)	(1.568)	(13.967)	(1.955)	(482)	(1.362)	—	(3.533)	(86.267)
Transferências	—	—	—	—	—	—	(1.140)	1.140	—
Saldo em 30 de setembro de 2021	919.456	22.644	510.699	135.522	16.394	60.649	29.834	28.335	1.723.533

- (i) inclui direitos contratuais dos Complexos Salinas e Mandacaru, no montante de R\$181.148, direitos contratuais de São Ricardo, no montante de R\$121.461, Direitos contratuais de Serra Verde, no

Notas Explicativas

montante de R\$90.294 e direito de exploração de autorização Santa Tereza, no montante de R\$115.195, totalizando R\$508.098. Vide nota explicativa nº 1.

14. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Rebaixamento hidrelétrico - GSF (i)		—	1.308.698	—	1.308.698
Energia elétrica comprada para revenda		123.549	61.993	126.041	64.009
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	29	—	3.029	—	—
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		11.119	10.201	14.205	12.274
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		4.325	3.254	4.325	3.254
Subtotal		138.993	1.387.175	144.571	1.388.235
Materiais e Serviços		24.978	41.228	110.198	84.433
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	17.768	136	17.839	137
Total		181.739	1.428.539	272.608	1.472.805

(i) Em 07 de janeiro de 2021, a Companhia efetuou o pagamento da liquidação financeira da CCEE de seus débitos oriundos do GSF, no valor de R\$1.308.698.

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 37 cartas de fiança, no valor total de R\$ 16.194 e 59 seguros garantia, no valor de R\$ 428.968, totalizando uma importância segurada de R\$445.163 (24 cartas de fiança no valor total de R\$1.321.347 e 23 seguros garantia no valor de R\$102.636, totalizando uma importância segurada de R\$1.423.983 em 31 de dezembro de 2020), com custo de 0,22% a 1,95% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT). O aumento dos seguros garantia deve-se, principalmente, às garantias de compra de energia relacionado às aquisições do Complexo Eólico Cajuína.

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
Imposto de renda	—	—	4.458	2.902
Contribuição social	—	—	2.565	1.873
Total	—	—	7.023	4.775
Outros tributos a pagar				
INSS	2.297	2.530	3.121	2.984
PIS e Cofins	5.725	7.415	8.266	9.491
ICMS	3.440	3.012	3.768	3.328
IRRF	3.259	270	3.522	355
CIDE	1.805	—	1.805	—
Outros	2.303	1.402	3.489	1.926
Total	18.829	14.629	23.971	18.084

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbê Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding, SPes de Tucano, MS Participações

Notas Explicativas

Societárias, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra, Santos Energia Participações, Santo Antonio de Pádua, São Cristóvão, São Jorge e Serra Verde I, II, III, IV, V, Vi e VII são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa, porém nos meses de agosto e setembro levantou balancete de suspensão.

Por sua vez, as controladas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Guaimbê Holding, Tucano Holding I, Tucano F1 e Tucano Holding III, Bela Vista, Embuaca, Icarai e Mar e Terra precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Ouroeste, Alto Sertão II, Guaimbê, Ventus (Brasventos EOLO, Brasventos Miassaba 3 e Rei dos Ventos 3) é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, enquanto que as empresas de São Ricardo e Santa Tereza estão sob o regime de competência.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			Controladora							
			30.09.2021							
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	11.442	—	(1.169)	10.273	223.167	(896)	222.271	232.544
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	12.022	—	(466)	11.556	388.502	(550)	387.952	399.508
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.179	375.000	(1.140)	380.039	375.000	(318)	374.682	754.721
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.925	17.076	(1.377)	20.624	201.553	(7.438)	194.115	214.739
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	3.889	—	(428)	3.461	1.380.000	(2.015)	1.377.985	1.381.446
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.473	—	(2.753)	(1.280)	731.848	(21.934)	709.914	708.634
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	5.255	—	(768)	4.487	204.238	(6.157)	198.081	202.568
Subtotal			45.185	392.076	(8.101)	429.160	3.504.308	(39.308)	3.465.000	3.894.160
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	628.725	—	628.725	628.725
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	—	—	—	—	748.504	—	748.504	748.504
Subtotal			—	—	—	—	1.377.229	—	1.377.229	1.377.229
Total da dívida			45.185	392.076	(8.101)	429.160	4.881.537	(39.308)	4.842.229	5.271.389

Notas Explicativas

			Controladora							
			31.12.2020							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	577	—	(1.103)	(526)	208.394	(1.780)	206.614	206.088
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.043	—	(436)	4.607	362.785	(903)	361.882	366.489
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	8.932	—	(1.553)	7.379	750.000	(1.057)	748.943	756.322
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.578	15.373	(1.389)	15.562	196.428	(8.467)	187.961	203.523
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	11.709	—	(405)	11.304	1.380.000	(2.339)	1.377.661	1.388.965
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.303	—	(2.512)	6.791	683.262	(24.031)	659.231	666.022
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	7.099	—	(701)	6.398	190.679	(6.744)	183.935	190.333
Subtotal			44.241	15.373	(8.099)	51.515	3.771.548	(45.321)	3.726.227	3.777.742
Empréstimos e Financiamentos										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	6.625	175.000	(406)	181.219	—	—	—	181.219
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	6.744	175.000	(551)	181.193	—	—	—	181.193
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	5.700	150.000	(539)	155.161	—	—	—	155.161
Subtotal			19.069	500.000	(1.496)	517.573	—	—	—	517.573
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131	2025	USD + 1,63%	48	—	—	48	591.961	—	591.961	592.009
Subtotal			48	—	—	48	591.961	—	591.961	592.009
Total da dívida			63.358	515.373	(9.595)	569.136	4.363.509	(45.321)	4.318.188	4.887.324

Notas Explicativas

			Consolidado							
			30.09.2021							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	11.442	—	(1.169)	10.273	223.167	(896)	222.271	232.544
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	12.022	—	(466)	11.556	388.502	(550)	387.952	399.508
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.179	375.000	(1.140)	380.039	375.000	(318)	374.682	754.721
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.925	17.076	(1.377)	20.624	201.553	(7.438)	194.115	214.739
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	3.889	—	(428)	3.461	1.380.000	(2.015)	1.377.985	1.381.446
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.473	—	(2.753)	(1.280)	731.848	(21.934)	709.914	708.634
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	5.255	—	(768)	4.487	204.238	(6.157)	198.081	202.568
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	1.330	24.696	(254)	25.772	34.799	(825)	33.974	59.746
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	1.533	15.737	(242)	17.028	50.584	(786)	49.798	66.826
Subtotal			48.048	432.509	(8.597)	471.960	3.589.691	(40.919)	3.548.772	4.020.732
Empréstimos e Financiamentos										
BNDES - Complexo Ventus	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	643	26.542	(68)	27.117	188.004	(479)	187.525	214.642
BNB - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	2030	2,55% (pré)	3.080	9.716	(1.245)	11.551	147.142	(13.611)	133.531	145.082
BNDES - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	2030	TJLP + 1,66% a 2,45%	535	20.935	(1.231)	20.239	166.089	(11.296)	154.793	175.032
Subtotal			4.258	57.193	(2.544)	58.907	501.235	(25.386)	475.849	534.756
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	628.725	—	628.725	628.725
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	—	—	—	—	748.504	—	748.504	748.504
Subtotal			—	—	—	—	1.377.229	—	1.377.229	1.377.229
Total da dívida			52.306	489.702	(11.141)	530.867	5.468.155	(66.305)	5.401.850	5.932.717

Notas Explicativas

			Consolidado							
			31.12.2020							
Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	577	—	(1.103)	(526)	208.394	(1.780)	206.614	206.088
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.043	—	(436)	4.607	362.785	(903)	361.882	366.489
7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	8.932	—	(1.553)	7.379	750.000	(1.057)	748.943	756.322
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.578	15.373	(1.389)	15.562	196.428	(8.467)	187.961	203.523
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	11.709	—	(405)	11.304	1.380.000	(2.339)	1.377.661	1.388.965
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	9.303	—	(2.512)	6.791	683.262	(24.031)	659.231	666.022
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	7.099	—	(701)	6.398	190.679	(6.744)	183.935	190.333
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	218	25.152	(148)	25.222	42.968	(592)	42.376	67.598
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	229	14.693	(140)	14.782	54.572	(563)	54.009	68.791
Subtotal			44.688	55.218	(8.387)	91.519	3.869.088	(46.476)	3.822.612	3.914.131
Empréstimos e Financiamentos										
4ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 3,80%	6.625	175.000	(406)	181.219	—	—	—	181.219
5ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,29%	6.744	175.000	(551)	181.193	—	—	—	181.193
6ª Emissão de notas promissórias	2021	CDI + 4,41%	5.700	150.000	(539)	155.161	—	—	—	155.161
BNDES	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	717	26.542	—	27.259	207.910	—	207.910	235.169
Subtotal			19.786	526.542	(1.496)	544.832	207.910	—	207.910	752.742
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131	2025	USD + 1,63%	48	—	—	48	591.961	—	591.961	592.009
Subtotal			48	—	—	48	591.961	—	591.961	592.009
Total da dívida			64.522	581.760	(9.883)	636.399	4.668.959	(46.476)	4.622.483	5.258.882

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Para o empréstimos em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação, líquido de operações de derivativos relacionadas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.777.742</u>	<u>517.573</u>	<u>592.009</u>	<u>4.887.324</u>	<u>3.914.131</u>	<u>752.742</u>	<u>592.009</u>	<u>5.258.882</u>
Ingressos	—	—	800.000	800.000	—	—	800.000	800.000
Efeito da aquisição do Complexo Eólicos Mandacaru e Salinas	—	—	—	—	—	332.000	—	332.000
Encargos financeiros	143.178	6.726	17.601	167.505	150.885	25.764	17.601	194.250
Variação cambial	—	—	(22.771)	(22.771)	—	—	(22.771)	(22.771)
Variação monetária	117.386	—	8.040	125.426	126.526	—	8.040	134.566
Pagamento de principal	(7.925)	(500.000)	—	(507.925)	(28.635)	(532.981)	—	(561.616)
Pagamento de encargos financeiros	(142.235)	(25.795)	(17.650)	(185.680)	(147.527)	(45.309)	(17.650)	(210.486)
Diferimento custos de transação	—	—	—	—	(975)	(569)	—	(1.544)
Amortização custos de transação	6.014	1.496	—	7.510	6.327	3.109	—	9.436
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>3.894.160</u>	<u>—</u>	<u>1.377.229</u>	<u>5.271.389</u>	<u>4.020.732</u>	<u>534.756</u>	<u>1.377.229</u>	<u>5.932.717</u>

Notas Explicativas

16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (i)	Vencimento	Finalidade
Controladora	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	232.544	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
Controladora	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/4/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	399.508	Abril de 2023 Abril de 2024	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
Controladora	7ª Emissão (2ª série)	750.000	15/2/2018	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	754.721	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
Controladora	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/5/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	214.739	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	2.200.000	15/3/2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.381.446	Março de 2026 Março de 2027	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
	9ª Emissão Debêntures (2ª série)			IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	708.634	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbê e AGV
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	202.568	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029	
Controladora	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	628.725	Dezembro de 2025	Reforço de capital de giro
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	31/3/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	748.504	Março de 2026	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	59.746	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			66.826		
Complexo Ventus	BNDES	235.169	3/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	214.642	Outubro de 2029	Financiamento dos parques do Complexo Ventus
Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	BNDES (MS e Santos)	295.800	16/07/2013 (MS) 14/04/2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	175.032	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos)	Financiamento dos parques do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
	BNB (MS)	198.500	27/5/2013	2,55 (pré)	Semestral	Semestral	145.082	Maio de 2030, 2031 e 2033	

Notas Explicativas

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2021		31.12.2020		30.09.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI	2.140.068	40,24	2.669.710	54,02	2.140.068	35,61	2.669.710	50,23
IPCA	1.801.501	33,87	1.680.521	34,00	1.930.180	32,12	1.818.353	34,21
TJLP	—	—	—	—	402.748	6,70	235.169	4,42
Pré-fixado	—	—	—	—	159.938	2,66	—	—
Moeda estrangeira								
Dólar	1.377.229	25,89	592.009	11,98	1.377.229	22,91	592.009	11,14
Total	5.318.798	100,00	4.942.240	100,00	6.010.163	100,00	5.315.241	100,00

16.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado				
	Debêntures	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2022	120.426	—	(2.037)	118.389	139.520	17.157	—	(3.360)	153.317
2023	699.739	—	(6.874)	692.865	724.457	58.576	—	(10.408)	772.625
2024	214.376	314.362	(6.440)	522.298	236.848	59.591	314.362	(10.098)	600.703
2025	21.345	813.365	(6.916)	827.794	40.444	60.912	813.365	(9.954)	904.767
2026	713.174	249.502	(7.118)	955.558	713.174	62.236	249.502	(10.156)	1.014.756
2027 em diante	1.735.248	—	(9.923)	1.725.325	1.735.248	242.763	—	(22.329)	1.955.682
Total	3.504.308	1.377.229	(39.308)	4.842.229	3.589.691	501.235	1.377.229	(66.305)	5.401.850

16.6 Variação dos indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	30.09.2021	31.12.2020
CDI (índice do último dia útil do período)	6,15%	1,90%
TJLP (índice do último dia útil do período)	4,88%	4,87%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	10,25%	4,52%
Dólar (taxa do último dia útil do período)	5,44	5,19

Notas Explicativas

16.7 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros.

Objetivo	Covenant
Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: $\leq 4,5x$
Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: $\geq 1,25x$
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - 8 ^o emissão	ICSD: $\geq 1,2x$
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas e Complexo Ventus e BNB - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	ICSD: $\geq 1,3x$

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (284 contratos) e aluguéis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

		Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Notas	20.982	88.211
Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	1	—	16.004
Ingressos		2.270	6.822
Encargos financeiros		1.522	6.993
Pagamento de encargos financeiros		(1.522)	(6.066)
Pagamento de principal		(756)	(1.964)
Venda de ativos de geração distribuída		—	(5.127)
Saldo em 30 de setembro de 2021		22.496	104.873

Notas Explicativas

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2021	259	622
2022	810	2.052
Subtotal	1.069	2.674
NÃO CIRCULANTE		
2022	282	731
2023	1.189	3.087
2024	1.294	3.360
2025	1.409	3.657
2026	1.535	3.980
2027 em diante	15.718	87.384
Subtotal	21.427	102.199
Total	22.496	104.873

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora, nos montantes de R\$7.320 e R\$7.848, totalizando R\$15.168 (nota explicativa nº 29). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

18 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

18.1 Despesas reconhecidas no resultado do período

	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	615.948	609.194
Valor justo dos ativos do plano	(488.968)	(488.968)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	126.980	120.226
Valor presente das obrigações atuariais	12.310	11.187
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria	12.310	11.187
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	139.290	131.413

Notas Explicativas

18.2 Movimentações do passivo registrado

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	131.413	89.001
Despesa do período da obrigação com previdência privada	6.753	(11.105)
Despesa do período da obrigação com PIA	1.124	—
Remensuração da obrigação com previdência privada	—	54.168
Remensuração da obrigação com PIA	—	2.601
Pagamentos de contribuições	—	(3.252)
Saldo no final do período	139.290	131.413

19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhista (a)	2.927	2.275	128	138	2.927	2.275	128	138
Meio ambiente (b)	2.592	2.612	—	—	2.592	2.612	—	—
Regulatório (c)	55.620	47.184	—	—	55.620	47.184	—	—
Fiscal (d)								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.104	6.053	—	—	6.104	6.053	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	16.481	16.114	16.555	16.191	16.539	16.114	16.555	16.191
Cível (e)	4.854	4.257	80	—	5.058	4.257	80	—
Total	88.578	78.495	16.763	16.329	88.840	78.495	16.763	16.329
Circulante	4.646	3.894			4.646	3.894		
Não Circulante	83.932	74.601			84.194	74.601		
Total	88.578	78.495			88.840	78.495		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$21.657 em 30 de setembro de 2021 (R\$17.565 em 31 de dezembro de 2020), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado							
	30.09.2021				31.12.2020			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	128	110	1.064	1.302	138	166	1.031	1.335
Fiscal	16.555	—	—	16.555	16.191	—	—	16.191
Cível	80	40	—	120	—	—	39	39
Imobiliárias	—	3.680	—	3.680	—	—	—	—
	16.763	3.830	1.064	21.657	16.329	166	1.070	17.565

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.275	2.612	47.184	22.167	4.257	78.495
Provisão	838	—	—	—	107	945
Atualização monetária	81	—	8.436	418	516	9.451
Reversão de provisão	(87)	(20)	—	—	—	(107)
Pagamentos	(180)	—	—	—	(26)	(206)
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.927	2.592	55.620	22.585	4.854	88.578

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.275	2.612	47.184	22.167	4.257	78.495
Provisão	838	—	—	58	107	1.003
Efeito da aquisição do Complexo Eólicos Mandacaru e Salinas	—	—	—	—	204	204
Atualização monetária	81	—	8.436	418	516	9.451
Reversão de provisão	(87)	(20)	—	—	—	(107)
Pagamentos	(180)	—	—	—	(26)	(206)
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.927	2.592	55.620	22.643	5.058	88.840

- (a) **Trabalhistas:** Existem 74 processos (89 em 31 de dezembro de 2020) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 16 processos (16 em 31 de dezembro de 2020). Em 30 de setembro de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$ 2.927 (R\$2.275 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 105 processos (106 em 31 de dezembro de 2020) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 95 demandas (97 em 31 de dezembro de 2020), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.592 (R\$2.612 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2021 e 2024.

Notas Explicativas

- (c) Regulatório: Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2021 corresponde a R\$55.620 (R\$47.184 em 31 de dezembro de 2020).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

- (d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$134.516 (R\$133.515 em 31 de dezembro de 2020) envolvidos na discussão, R\$6.104 (R\$6.053 em 31 de dezembro de 2020) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.
- (d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2021, corresponde a R\$16.481 (R\$16.114 em 31 de dezembro de 2020) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 16.555 (R\$ 16.191 31 de dezembro de 2020). Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em Dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em dezembro 2021.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	11.055	9.836	117.306	71.339
Regulatório (c)	55.620	51.344	55.620	51.344
Fiscal (d)	696.940	682.222	696.940	682.222
Total	763.615	743.402	869.866	804.905

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/ impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a Companhia possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e Companhia, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibatinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização

Notas Explicativas

pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à Companhia: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A Companhia recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela Companhia e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 11.055, atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$9.836 em 31 de dezembro de 2020).

- (b.2) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 19.1 (e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$9.088, atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$7.827 31 de dezembro de 2020).

- (b.3) Em outubro de 2019, teve início a arbitragem movida pelos fornecedores de painéis fotovoltaicos da construção do Complexo Solar Guaimbê em face da Cobra do Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra do Brasil") e as SPEs do Complexo Solar Guaimbê. Em maio de 2017, as partes assinaram contrato de fornecimento de painéis fotovoltaicos às SPEs. Em razão do descumprimento de condições do contrato de fornecimento, as SPEs retiveram 10% do valor total do contrato, no valor de R\$28.497 e, em outubro de 2018, a Cobra do Brasil executou a garantia de performance no total de R\$28.497, em face das Guaimbês. Pela arbitragem, os fornecedores objetivam a cobrança de R\$56.988, sendo (i) R\$28.494 referente às multas aplicadas pelas SPEs pelas entregas atrasadas e (ii) R\$28.494 referente ao ressarcimento da garantia de performance de US\$5.204. Em agosto de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável às SPEs e a Cobra do Brasil, através da qual o Tribunal Arbitral entendeu pela legitimidade da retenção dos valores por conta dos atrasos na entrega dos painéis solares. No entanto, concluiu que os valores relativos a garantia de performance deveriam ser restituídos a BYD, com o acréscimo de juros de

Notas Explicativas

1% ao mês. Ainda, nos termos do SPA assinado entre Cobra do Brasil e AES, ficou consignado que a responsabilidade pelo pagamento de eventual condenação advinda desta arbitragem seria da Cobra do Brasil. Neste sentido, a AES operacionalizou a restituição da garantia de performance à BYD e a Cobra do Brasil arcou com o pagamento dos juros fixados na sentença arbitral. Sendo assim, a discussão relativa a esta arbitragem encontra-se encerrada.

- (b.4) Processo Aneel: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 70.266, atualizado até 30 de setembro de 2021, em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda. Prognóstico de perda: Possível.
- (c) Regulatório:
- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em Maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a Companhia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 30 de setembro de 2021, o montante em discussão totaliza a importância de R\$55.620 (R\$51.344 em 31 de dezembro de 2020).
- (d) Fiscal:
- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 19.1 sendo estimado como perda possível R\$128.412 de um total de R\$134.516 (R\$126.600 de um total de R\$132.663 em 31 de dezembro 2020). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 30 de setembro de 2021 em R\$51.202. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que esta fase do processo será concluída durante o ano de 2022. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a administração da Companhia, com base na opinião dos

Notas Explicativas

assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2022.

- (d.2) Auto de infração - ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$162.695 atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$160.904 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Companhia. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.
- (d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de setembro de 2021 é de R\$9.723 (R\$9.611 em 31 de dezembro de 2020).
- (d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a Companhia, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a Companhia interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas

Notas Explicativas

em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da Companhia, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a Companhia apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2021 é de R\$20.639 (R\$20.440 em 31 de dezembro de 2020).

- (d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$331.832 atualizado até 30 de setembro de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, a Companhia verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$331.832, R\$95.671 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$236.161 atribuíveis à Companhia. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a Companhia notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da Companhia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A Companhia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da Companhia, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.
- (d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$107.139 atualizado até 30 de setembro de 2021 (R\$105.180 em 31 de dezembro de 2020). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela Companhia, ocorrida entre 2013 a 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a Companhia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 à 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a Companhia discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à Companhia e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2021 é de R\$8.991.

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Consolidado (30.09.2021)	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	9	193.672	0,34% a 0,60%
Cível	2	65.561	0,35% a 1,00%
	11	259.233	

Consolidado (31.12.2020)	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	8	191.145	0,34% a 2,80%
Trabalhista	1	727	0,28%
Cível	2	65.561	0,35% a 0,50%
	11	257.433	

20. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	4.738	8.264	4.738	8.264
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	4.748	9.557	4.748	9.557
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	676	644	676	644
Ministério de minas e energia	338	322	338	322
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	203	667	203	667
Taxa de fiscalização ANEEL	731	679	1.318	909
Subtotal	11.434	20.133	12.021	20.363
NÃO CIRCULANTE				
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	8.437	7.124	8.437	7.124
Subtotal	8.437	7.124	8.437	7.124
Total	19.871	27.257	20.458	27.487

Notas Explicativas

21. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Complexo Eólico Tucano		10.040	29.644	10.040	29.644
Complexo Eólico Alto Sertão II		13.612	—	13.612	—
Complexo Eólico Cajuína fase II		—	—	32.437	—
Complexo Eólico Cajuína fase III		—	—	31.017	—
Complexo Eólico Ventus		—	219.991	—	219.991
Complexo Eólico Cajuína fase I	1.1	—	—	29.715	—
Subtotal		23.652	249.635	116.821	249.635

NÃO CIRCULANTE		Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Complexo Eólico Tucano		1.193	28.224	1.193	14.557
Complexo Eólico Ventus		2.743	14.557	2.742	20.267
Complexo Eólico Cajuína fase II		—	—	69.177	—
Complexo Eólico Cajuína fase III		—	—	32.266	—
Complexo Eólico Cajuína fase I	1.1	—	—	63.373	—
Complexo Eólico Alto Sertão II		—	5.301	—	13.258
Subtotal		3.936	48.082	168.751	48.082
Total		27.588	297.717	285.572	297.717

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 30 de setembro de 2021 é como segue:

	Consolidado						
	Complexo Eólico Ventus	Complexo Eólico Cajuina	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico Alto Sertão II	Complexo Eólico São Ricardo	Complexo Eólico Serra Verde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	240.258	—	44.201	13.258	—	—	297.717
Adições	—	118.974	—	—	96.351	61.725	277.050
Atualização monetária	—	4.671	349	354	5.263	1.558	12.195
Pagamentos	(237.516)	(30.557)	(33.317)	—	—	—	(301.390)
Saldo em 30 de setembro de 2021	2.742	93.088	11.233	13.612	101.614	63.283	285.572

Notas Explicativas

22. RESSARCIMENTO PASSIVO E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Conta de ressarcimento	22.a	—	—	258.092	127.173
Outras obrigações	22.b	49.041	50.183	171.681	135.895

22.a Ressarcimento passivo:

Os parques eólicos e solares operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN). Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos de geração em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras do mecanismo. Os ressarcimentos por desvios negativos de geração estão sendo apresentados na rubrica de conta de ressarcimento. Os ressarcimentos por desvios positivos de geração, estão sendo apresentados na rubrica de outros ativos, sendo ambos tendo como contrapartida a rubrica de "Receita operacional". Em 30 de setembro de 2021, o passivo de ressarcimento no circulante e não circulante representam R\$189.331 e R\$68.761, respectivamente (R\$101.000 e R\$26.173, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), aumentado, principalmente pela suspensão de devolução de ressarcimento, explicada abaixo.

Suspensão de devolução de ressarcimento

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido a limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

Em 30 de setembro de 2021, os saldos contabilizados referente ao *Constrained-off* no passivo de ressarcimento correspondem a R\$137.720, sendo R\$48.981 para o LER 2009, R\$16.939 para o LER 2010 e R\$71.800 para o LEN 2011.

Notas Explicativas

22.b Outras Obrigações

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Participação nos lucros e resultados	10.748	13.180	10.765	13.218
Férias	9.563	9.814	9.826	9.978
Encargos sociais sobre férias e gratificações	4.812	3.461	4.828	3.472
Meio ambiente	1.853	1.955	2.261	2.327
Obrigações especiais	406	406	406	406
Ajuste financeiro MCSD	—	—	—	467
Bônus	1.468	6.241	1.468	6.241
Passivo de arrendamento	1.069	876	2.674	1.884
Décimo terceiro salário	4.129	—	4.207	—
Demais obrigações	2.584	2.338	7.810	10.370
Subtotal	36.632	38.271	44.245	48.363

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Provisões para desmobilização	—	—	107.867	71.509
Meio ambiente	10.116	9.519	10.376	9.980
Obrigações especiais	1.485	1.785	1.485	1.785
Demais obrigações	808	608	7.708	4.258
Subtotal	12.409	11.912	127.436	87.532
Total	49.041	50.183	171.681	135.895

Notas Explicativas

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$210.341 mediante a capitalização do excesso de lucros em relação ao capital social, sem a emissão de novas ações. Em função da aprovação da capitalização de lucros, o capital social passou a ser de R\$684.948.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	30.09.2021		31.12.2020	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Brasil Energia S.A.	786.265.136	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	484.391.716	61,61
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	78.926.308	10,04
BNDESPar	—	—	39.557.329	5,03
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	30.165.523	3,84
Outros	—	—	153.224.257	19,48
Ações ordinárias em circulação	786.265.136	100,00	786.265.133	100,00
Ações em tesouraria	—	—	3	—
Total das ações ordinárias	786.265.136	100,00	786.265.136	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Brasil Energia S.A.	1.209.267.480	100,00	—	—
AES Holdings Brasil S.A.	—	—	1.562.372	0,13
AES Holdings Brasil II S.A.	—	—	315.705.232	26,11
BNDESPar	—	—	158.215.607	13,08
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	120.662.092	9,98
Outros	—	—	613.122.165	50,70
Ações preferenciais em circulação	1.209.267.480	100,00	1.209.267.468	100,00
Ações em tesouraria	—	—	12	—
Total das ações preferenciais	1.209.267.480	100,00	1.209.267.480	100,00
Total das ações	1.995.532.616		1.995.532.616	

Notas Explicativas

23.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	128.609	128.609
Compra de ações da AES Operações S.A. (nota 1.3)	(38.375)	—
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	4.197	3.790
Resultado na alienação de ações em tesouraria	264	264
Subtotal	104.100	142.068
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	588.148	629.890
Plano de previdência privada - perda atuarial, líquido de impostos	(86.277)	(86.277)
Programa de incentivo a aposentadoria	(1.717)	(1.717)
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(19.892)	—
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	(8.682)	(9.001)
Subtotal	471.580	532.895
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	94.921	94.921
Dividendos intermediários	—	7.942
Reserva de investimentos	379.683	16.873
Lucros a destinar na AGO	—	573.152
Subtotal	474.604	692.888
Total	1.050.284	1.367.851

23.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de dezembro de 2020, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2020, no montante de R\$35.621 correspondente a R\$0,01785055349 por ação ordinária e preferencial e R\$0,08925276745 por *unit*. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$7.941, sendo R\$0,00397941795 por ação ordinária e preferencial, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) R\$330.810 referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio; (ii) aumento de capital da Companhia, no montante de R\$210.340 e (iii) orçamento de capital a título de reserva de investimentos, no montante de R\$362.813.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$70.993, sendo R\$0,03557586198 por ação ordinária e preferencial, equivalente a R\$0,17787930990 por cada *unit*, referente ao período encerrado em 31 de março de 2021. O pagamento foi realizado em 26 de maio de 2021.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$24.154, sendo R\$0,01210416230 por ação

Notas Explicativas

ordinária e preferencial, equivalente a R\$0,06052081150 por cada *unit*, referente ao período encerrado em 30 de junho de 2021. O pagamento foi realizado em 22 de setembro de 2021.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Controladora								
01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020		
MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	
Contratos bilaterais	2.762.121	500.673	8.268.383	1.448.397	2.570.913	435.908	7.886.799	1.312.412
Mercado de curto prazo								
MRE	—	—	181.847	1.479	232.979	1.997	1.031.279	12.114
SPOT	21.590	1.309	29.119	5.798	51.004	5.216	(44.796)	26.830
Outros	—	53.516	—	75.576	—	7.345	—	18.771
Partes relacionadas	94.902	12.661	515.581	39.261	12.803	3.161	182.037	11.768
Outras receitas	—	681	—	3.271	—	157	—	355
Receita operacional bruta	2.878.613	568.840	8.994.930	1.573.782	2.867.699	453.784	9.055.319	1.382.250
PIS e Cofins	—	(51.146)	—	(141.450)	—	(40.507)	—	(124.970)
CFURH	—	(6.345)	—	(23.598)	—	(11.969)	—	(39.480)
ICMS	—	(10.642)	—	(28.440)	—	(9.423)	—	(24.883)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(4.920)	—	(13.533)	—	(3.843)	—	(11.698)
Receita líquida	2.878.613	495.787	8.994.930	1.366.761	2.867.699	388.042	9.055.319	1.181.219

Consolidado								
01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020		
MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	
Contratos bilaterais	2.228.747	501.730	8.348.970	1.450.176	2.582.572	438.060	7.886.799	1.319.247
Mercado de curto prazo	—	—						
MRE	—	—	181.847	1.479	232.979	1.997	1.031.279	12.114
SPOT	24.970	1.354	51.313	8.143	50.388	5.219	(44.484)	26.851
Outros	—	58.662	—	83.109	—	11.747	—	25.963
Contratos de energia eólicos	607.547	139.077	1.475.685	329.673	483.851	88.595	1.242.054	217.146
Contratos de energia solares	191.858	35.655	391.110	112.257	116.145	33.278	304.482	91.426
Outras receitas	—	9.334	—	28.886	—	3.144	—	5.079
Receita operacional bruta	3.053.122	745.812	10.448.924	2.013.723	3.465.935	582.040	10.420.130	1.697.826
PIS e Cofins	—	(59.737)	—	(162.526)	—	(45.771)	—	(137.817)
CFURH	—	(6.345)	—	(23.598)	—	(11.969)	—	(39.480)
ICMS	—	(13.103)	—	(34.196)	—	(11.084)	—	(29.851)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(4.920)	—	(13.533)	—	(3.843)	—	(11.698)
ISS	—	(2)	—	(9)	—	1	—	(3)
Receita líquida	3.053.122	661.705	10.448.924	1.779.861	3.465.935	509.374	10.420.130	1.478.977

Notas Explicativas

25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

Notas	Controladora							
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais (i)	1.126.750	(347.803)	2.204.200	(536.182)	486.632	(86.627)	1.154.595	(196.923)
Contratos com partes relacionadas	29 7.999	(4.204)	109.930	(16.920)	43.719	(8.988)	160.655	(33.130)
Mercado de curto prazo								
MRE	246.495	(3.705)	1.085.137	(16.591)	—	—	—	—
SPOT	115.306	(59.880)	410.615	(105.575)	2.688	(97)	(2.517)	1.442
Outros	—	—	—	(235)	—	—	—	(566)
GSF - recuperação de custo (ii)	—	—	—	35.899	—	—	—	—
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(43.478)	—	(126.848)	—	(38.032)	—	(112.973)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(2.987)	—	(7.375)	—	(2.033)	—	(6.099)
Crédito de PIS e Cofins	—	28.316	—	54.635	—	12.728	—	29.554
Subtotal	1.496.550	(433.741)	3.809.882	(719.192)	533.039	(123.049)	1.312.733	(318.695)
Custo da operação								
Pessoal e administradores	—	(23.274)	—	(62.203)	—	(19.141)	—	(56.603)
Benefícios pós-emprego	—	(810)	—	(2.332)	—	(561)	—	(1.680)
Serviços de terceiros	—	(15.477)	—	(38.015)	—	(8.397)	—	(35.093)
Material	—	(6.760)	—	(11.759)	—	(1.193)	—	(3.938)
Depreciação e amortização	—	(62.005)	—	(185.620)	—	(42.196)	—	(123.129)
Seguros	—	(3.987)	—	(12.919)	—	(3.209)	—	(9.640)
Arrendamentos e aluguéis	—	(665)	—	(1.458)	—	(358)	—	(995)
Contribuições setoriais	—	(1.016)	—	(4.638)	—	(1.656)	—	(4.992)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	—	—	1.091	—	(1)	—	(978)
Outros custos operacionais	—	(185)	—	(776)	—	(188)	—	(499)
Subtotal	—	(114.179)	—	(318.629)	—	(76.900)	—	(237.547)
Total	1.496.550	(547.920)	3.809.882	(1.037.821)	533.039	(199.949)	1.312.733	(556.242)

Notas Explicativas

Notas	Consolidado							
	01.07.2021 a 30.09.2021		01.01.2021 a 30.09.2021		01.07.2020 a 30.09.2020		01.01.2020 a 30.09.2020	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Custo de produção e operação de energia								
Contratos bilaterais (i)	1.096.607	(348.508)	2.204.200	(547.094)	490.232	(87.586)	1.302.119	(215.958)
Mercado de curto prazo								
MRE	246.495	(3.705)	1.085.137	(16.591)	—	—	—	—
SPOT	113.367	(59.946)	410.615	(106.098)	34.462	(396)	108.827	(1.337)
Outros (iii)	—	(2.885)	—	(4.069)	—	(35)	—	(566)
GSF - recuperação de custo (ii)	—	—	—	35.899	—	—	—	—
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(61.484)	—	(177.560)	—	(43.146)	—	(128.878)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(4.234)	—	(10.168)	—	(2.580)	—	(7.741)
Crédito de PIS e Cofins	—	29.784	—	57.527	—	12.914	—	29.875
Subtotal	1.456.470	(450.978)	3.699.952	(768.154)	524.694	(120.829)	1.410.946	(324.605)
Custo da operação								
Pessoal e administradores	—	(23.274)	—	(62.203)	—	(19.141)	—	(56.603)
Benefícios pós-emprego	—	(812)	—	(2.332)	—	(561)	—	(1.680)
Serviços de terceiros	—	(34.072)	—	(86.807)	—	(18.179)	—	(64.091)
Material	—	(10.540)	—	(20.553)	—	(3.635)	—	(9.841)
Depreciação e amortização	—	(111.532)	—	(322.108)	—	(79.964)	—	(233.986)
Seguros	—	(5.950)	—	(17.597)	—	(3.583)	—	(11.750)
Arrendamentos e aluguéis	—	(130)	—	(2.499)	—	(422)	—	(1.245)
Contribuições setoriais	—	302	—	(2.710)	—	(1.694)	—	(5.144)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	—	—	(5.510)	—	(402)	—	(2.244)
Multas contratuais	—	—	—	(1.014)	—	(982)	—	(2.606)
Indenização de sinistro	—	(332)	—	8.424	—	5.608	—	5.608
Outros custos operacionais	—	(966)	—	(5.355)	—	(223)	—	(433)
Subtotal	—	(187.306)	—	(520.264)	—	(123.178)	—	(384.015)
Total	1.456.470	(638.284)	3.699.952	(1.288.418)	524.694	(244.007)	1.410.946	(708.620)

(i) A variação em relação ao mesmo período do ano anterior é reflexo dos maiores preços de energia no período, impactadas tanto pelo maior volume quanto preço médio de compra. Esses efeitos refletem o cenário hídrico adverso, em especial na região SE/CO, onde a Companhia opera suas usinas hidrelétricas.

(ii) Reconhecimento de recuperação de custo do GSF decorrente do intangível gerado pelo direito de extensão de concessão como compensação de custos passados, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(iii) Aumento do mercado de curto prazo é fruto da Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM), correspondente a R\$ 49.312 em 2021, que tem o intuito de ressarcir as usinas hidrelétricas pela redução de sua geração devido ao acionamento de térmicas fora da ordem de mérito de custo e à importação de energia elétrica.

Notas Explicativas

26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Pessoal e administradores	(18.314)	(52.499)	(15.086)	(45.707)
Benefícios pós-emprego	(90)	(447)	(929)	(2.740)
Serviços de terceiros	(14.378)	(43.227)	(11.639)	(73.877)
Material	(4.233)	(19.303)	(521)	(2.576)
Depreciação e amortização	(2.048)	(6.418)	(423)	(1.928)
Total	(39.063)	(121.894)	(28.598)	(126.828)

	Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Pessoal e administradores	(19.312)	(54.629)	(15.196)	(46.070)
Benefícios pós-emprego	(92)	(452)	(930)	(2.744)
Serviços de terceiros	(19.134)	(50.225)	(15.284)	(80.215)
Material	(7.914)	(24.079)	(645)	(3.011)
Depreciação e amortização	(14.378)	(33.313)	(438)	(1.961)
Total	(60.830)	(162.698)	(32.493)	(134.001)

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Notas	Controladora			
		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Ganho na venda de controlada	10	—	9.644	—	—
Ganho na venda de ativo imobilizado		5.560	5.560	—	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(14)	(838)	(534)	20.666
Recebimento massa falida - Banco Santos		(2.064)	—	—	—
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		2.064	2.064	—	1.835
Outros		(458)	(1.151)	82	515
Total		5.088	15.279	(452)	23.016

	Notas	Consolidado			
		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Ganho na venda de controlada	10	—	9.644	—	—
Ganho na venda de ativo imobilizado		5.560	5.560	—	—
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(79)	(840)	(616)	26.468
Seguros		—	—	(370)	(370)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível		240	—	—	(5)
Arrendamentos e aluguéis		—	—	(77)	(77)
Recebimento massa falida - Banco Santos		—	2.059	—	—
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		—	—	(9)	1.822
Outros		(613)	(1.267)	54	(52)
Total		5.108	15.156	(1.018)	27.786

Notas Explicativas

28. RESULTADO FINANCEIRO

Notas	Controladora			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.763	9.603	8.724	31.849
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	1.108	1.966	—	—
Atualização de créditos tributários	951	954	8	11
Renda de cauções e depósitos judiciais	380	1.053	606	1.930
PIS e COFINS sobre receita financeira	(304)	(647)	(451)	(1.637)
Receita de subarrendamento com partes relacionadas	28 354	1.026	339	1.200
Outras	9	218	31	111
Variações Cambiais:				
Repasse de energia - Itaipú	19 —	—	—	13.458
Outros	27	993	—	—
Total	6.288	15.166	9.257	46.922
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	16 (94.179)	(201.397)	(59.221)	(180.073)
Atualização monetária GSF	—	—	(105.152)	(150.904)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	16 (45.226)	(117.386)	(21.107)	(32.273)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	18 (2.432)	(7.295)	(1.686)	(5.058)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(9)	(588)	(209)	(2.105)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/ intangível em curso (i)	1.662	3.617	275	2.851
Juros sobre passivos de arrendamento	(166)	(496)	(153)	(670)
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas	29 (354)	(1.026)	(339)	(1.200)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.517)	(9.451)	(2.878)	(5.496)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii)	(3)	(17.349)	—	—
Outras	(1.123)	(4.661)	(931)	(596)
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos	6.022	(190)	—	—
Outros	(1.371)	(1.438)	(16)	(329)
Total	(138.696)	(357.660)	(191.417)	(375.853)
Total Líquido	(132.408)	(342.494)	(182.160)	(328.931)

Notas Explicativas

Notas	Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	11.007	24.186	10.253	38.502
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	1.573	7.850	—	—
Atualização de créditos tributários	1.067	1.105	92	139
Renda de cauções e depósitos judiciais	2.716	4.226	1.531	4.015
PIS e COFINS sobre receita financeira	(538)	(1.069)	(495)	(1.791)
Outras	11	232	93	174
Variações Cambiais:				
Repasse de energia - Itaipú	19	—	—	13.458
Marcação a mercado de derivativos	39.770	39.838	—	736
Outras receitas cambiais	556	2.537	—	—
Total	56.162	78.905	11.474	55.233
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	16	(106.725)	(230.068)	(189.441)
Atualização monetária GSF		—	(105.152)	(150.904)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	16	(48.578)	(22.589)	(34.730)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	18	(2.432)	(7.295)	(5.058)
Atualização monetária de obrigações por aquisições		(7.957)	(209)	(2.105)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)		18.971	29.656	3.977
Juros sobre passivos de arrendamento		(2.102)	(5.854)	(5.337)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(1.517)	(9.451)	(5.496)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF (ii)		(15)	(17.749)	—
Outras		(2.541)	(9.609)	(1.969)
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos		(11.512)	(17.724)	—
Fornecedores		1.014	—	935
Outros		(2.639)	(2.705)	(528)
Total		(166.033)	(409.520)	(394.935)
Total Líquido		(109.871)	(184.712)	(339.702)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,6% a.a. no período findo em 30 de setembro de 2021 (6,4% a.a. no período findo em 30 de setembro de 2020), sobre os ativos qualificáveis.

(ii) Em função da não incorporação do AFAC ao capital social da controlada Nova Energia, conforme detalhado na nota 11, a Companhia efetuou o recolhimento do IOF sobre contrato de mútuo, no montante de R\$17.734.

Notas Explicativas

29. PARTES RELACIONADAS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Ativo					
Contas a receber de clientes - AES Tietê Integra (i)		3.258	1.946	—	—
Outros ativos	9				
Contas a receber - Tucano F6 (ii)		—	235	1.377	235
Contas a receber - Tucano F7 (ii)		—	264	1.530	264
Contas a receber - Tucano F8 (ii)		—	236	1.378	236
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A.		—	7	—	7
Subarrendamento - Boa Hora 1 (iii)		47	43	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 2 (iii)		50	43	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 3 (iii)		50	43	—	—
Subarrendamento - AGV IV (iii)		53	45	—	—
Subarrendamento - AGV V (iii)		56	45	—	—
Subarrendamento - AGV VI (iii)		53	46	—	—
Subtotal		309	1.007	4.285	742
Outros ativos	9				
Dividendos a receber da Ventus Holding		40	—	—	—
Dividendos a receber da Miassaba		5	—	—	—
Subtotal		45	—	—	—
Subtotal circulante		3.612	2.953	4.285	742
Outros ativos	9				
Contas a receber - Tucano F6 (ix)		766	—	766	—
Contas a receber - Tucano F7 (ix)		766	—	766	—
Contas a receber - Tucano F8 (ix)		859	—	859	—
Contas a receber - Tucano Holdings III S.A. (ix)		20	—	20	—
Subarrendamento - Boa Hora 1 (iii)		2.391	2.225	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 2 (iii)		2.391	2.225	—	—
Subarrendamento - Boa Hora 3 (iii)		2.391	2.225	—	—
Subarrendamento - AGV IV (iii)		2.562	2.385	—	—
Subarrendamento - AGV V (iii)		2.562	2.385	—	—
Subarrendamento - AGV VI (iii)		2.562	2.384	—	—
Subtotal não circulante		17.270	13.829	2.411	—
Total do ativo		20.882	16.782	6.696	742
Passivo					
Fornecedores	14				
Energia elétrica comprada para revenda					
Compra de energia - AGV Solar IV (iv)		—	613	—	—
Compra de energia - AGV Solar V (iv)		—	1.208	—	—
Compra de energia - AGV Solar VI (iv)		—	1.208	—	—
Subtotal		—	3.029	—	—
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a AES Corp. (viii)	14	15.912	136	15.983	137
Materiais e Serviços - Reembolso de despesas para a controladora AHB	14	1.856	—	1.856	—
Subtotal		17.768	136	17.839	137
Total		17.768	3.165	17.839	137
Obrigações com entidade de previdência privada	18				

Notas Explicativas

Obrigações com benefícios pós-emprego (v)	126.980	120.226	126.980	120.226
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	—	7.373	—	7.373
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil II	—	5.867	—	5.867
Total do passivo	144.748	136.631	144.819	133.603

Notas	Controladora			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020

Resultado

Receita operacional líquida

AES Tietê Integra (vi)	8.673	22.342	3.161	5.407
------------------------	-------	--------	-------	-------

Subtotal	8.673	22.342	3.161	5.407
-----------------	--------------	---------------	--------------	--------------

Venda de energia - Ametista (vii)	77	4.004	—	1.939
Venda de energia - Dourados (vii)	77	3.232	—	1.773
Venda de energia - Maron (vii)	200	1.931	—	1.064
Venda de energia - Pilões (vii)	200	2.291	—	1.230
Venda de energia - Pelourinho (vii)	—	—	—	355
Venda de energia - AGV Solar IV (vii)	61	74	—	—
Venda de energia - AGV Solar V (vii)	587	587	—	—
Venda de energia - AGV Solar VI (vii)	31	44	—	—
Venda de energia - Santo Antonio de Pádua (vii)	(46)	88	—	—
Venda de energia - São Cristóvão (vii)	1.541	2.617	—	—
Venda de energia - São Jorge (vii)	1.260	2.051	—	—

Subtotal	3.988	16.919	—	6.361
-----------------	--------------	---------------	----------	--------------

Total	12.661	39.261	3.161	11.768
--------------	---------------	---------------	--------------	---------------

Energia elétrica comprada para revenda

Compra de energia - Ametista (vii)	(77)	(4.004)	—	(1.939)
Compra de energia - Dourados (vii)	(77)	(3.232)	—	(1.773)
Compra de energia - Pilões (vii)	(200)	(2.291)	—	(1.230)
Compra de energia - Pelourinho (vii)	—	—	—	(355)
Compra de energia - Maron (vii)	(200)	(1.931)	—	(1.064)
Compra de energia - AGV IV (iv)	(61)	(74)	(1.816)	(5.407)
Compra de energia - AGV V (iv)	(587)	(587)	(3.586)	(10.681)
Compra de energia - AGV VI (iv)	(31)	(44)	(3.586)	(10.681)
Venda de energia - Santo Antonio de Pádua (vii)	—	(88)	—	—
Venda de energia - São Cristóvão (vii)	(1.693)	(2.617)	—	—
Venda de energia - São Jorge (vii)	(1.278)	(2.052)	—	—

Subtotal	(4.204)	(16.920)	(8.988)	(33.130)
-----------------	----------------	-----------------	----------------	-----------------

VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v)	18	(2.250)	(6.753)	(2.803)	(8.410)
--	----	---------	---------	---------	---------

Resultado financeiro

Receita de subarrendamento com partes relacionadas	28	354	1.026	339	1.200
Despesa de subarrendamento com partes relacionadas	28	(354)	(1.026)	(339)	(1.200)

Total do resultado		6.207	15.588	(8.630)	(29.772)
---------------------------	--	--------------	---------------	----------------	-----------------

Notas Explicativas

		Consolidado			
		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Resultado					
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v)	18	(2.250)	(6.753)	(2.803)	(8.410)
Big Sky (viii)		(7.184)	(23.674)	—	—
Total do resultado		(9.434)	(30.427)	(2.803)	(8.410)

- (i) Contratos de compra e venda de energia proveniente de fonte renovável celebrado entre a Companhia e a AES Tietê Integra. Esses contratos têm período de suprimento de janeiro de 2020 a dezembro de 2024, preço valorado entre R\$185,50 e R\$256,00, volume envolvido de aproximadamente 93,3 MWm e permanecerão em vigor até o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas.
- (ii) Refere-se a rateio de despesas de condomínio capitalizadas em imobilizado em curso, dado que os complexos estão em construção. Todas as despesas referentes do complexo Tucano são centralizados na Tucano F1 e posteriormente rateados entre as Tucanos F2 e F8.
- (iii) Refere-se aos contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora. As condições das sublocações estão apresentadas na nota explicativa nº 17 - Passivo de Arrendamento.
- (iv) Refere-se aos contratos de compra e venda de energia celebrado entre a Companhia e as controladas da AGV Solar. Esses contratos têm validade para o ano de 2020 ao preço de R\$190 (reais), atualizados pelo IPCA, e volume envolvido de aproximadamente 19,8 MWm. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (v) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo da Funcesp, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.
- (vi) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018. Em aditivo firmado em 26 de dezembro de 2018, a vigência deste contrato foi prorrogada. Atualmente, a subestação encontra-se finalizada e energizada.
- (vii) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro da Companhia com algumas de suas controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, pois estas controladas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de venda e 42,91 MWm de compra, sem efeito financeiro na demonstração consolidada devido às diferenças de preço entre os submercados. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.
- (viii) Prestação de serviços e soluções relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da AES Brasil, pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (ix) Em 03 de setembro de 2020, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a AES Tietê Energia será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

Notas Explicativas

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração no período findo em 30 de setembro de 2021 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Benefícios de curto prazo	2.310	6.325	1.686	5.120
Benefícios pós-emprego	72	127	27	78
Outros benefícios de longo prazo	47	137	168	485
Remuneração baseada em ações (i)	37	117	133	348
Total	2.466	6.706	2.014	6.031

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp outorgadas à alta administração.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado				
		30.09.2021		31.12.2020		
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
	Notas					
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	4	21.450	21.450	9.436	9.436	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	4	Nível 2	10.583	495.438	495.438	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	698.114	1.521.031	1.521.031	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		247.375	286.571	286.571	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (derivativo embutido)	30	Nível 2	22.944	—	—	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	8		291.037	159.799	159.799	Custo amortizado
Total		1.291.503	1.291.503	2.472.275	2.472.275	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	14		272.608	1.472.805	1.472.805	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16		4.555.488	4.666.873	4.763.086	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	16	Nível 2	1.377.229	592.009	592.009	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	17		104.873	88.211	88.211	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	30	Nível 2	7.530	—	—	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	30	Nível 2	53.131	8.039	8.039	Designado para hedge de fluxo de caixa
Obrigações de aquisições	21	Nível 2	285.572	297.717	297.717	Valor justo por meio do resultado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			839	31.360	31.360	Custo amortizado
Total		6.657.270	6.632.149	7.157.014	7.253.227	

Durante o período findo em 30 de setembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

Notas Explicativas

Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *SWAPs*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; (ii) a contratação de proteção cambial referente a compra de aerogeradores em moeda estrangeira, por meio de *NDFs*; e (iii) derivativo embutido de contrato de fornecimento de aerogeradores. O item (i) se qualifica como *hedge accounting* e está classificado como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Os itens (ii) e (iii) são classificados como valor justo por meio do resultado.

Saldo de instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2021:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nocial (moeda estrangeira)	Valor MTM em R\$
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	15.685
31/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	(68.817)
Subtotal moeda estrangeira					254.291	(53.132)
02/02/2021 a 22/04/2021	Valor justo por meio do resultado	Euro	Euro	NDF (ii)	20.321	(6.274)
02/02/2021 a 08/04/2021	Valor justo por meio do resultado	Dólar	Dólar	NDF (ii)	20.091	(1.255)
Subtotal NDF					40.412	(7.529)
09/04/2021 a 01/01/2023	Valor justo por meio do resultado	Euro	Euro	(iii)	65.820	14.540
07/05/2021 a 03/12/2021	Valor justo por meio do resultado	Dólar	Dólar	(iii)	29.866	8.404
Subtotal derivativo embutido					95.686	22.944
Total					390.389	(37.717)

(i) A Companhia contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor nocial de U\$S116.122 e U\$S138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 16.3), captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Durante o primeiro semestre de 2021, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro do contrato de fornecimento de turbina eólica assinado com a Nordex, a controlada direta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF* nos valores nocial de U\$S 20.091 e EUR 20.321.

(iii) Em 01 de abril de 2021, a Companhia assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores. Com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro deste contrato, a controlada direta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominada de *NDF*, detalhada no item (ii) acima. Estes derivativos foram designados como *hedge* de fluxo de caixa e suas variações foram reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no montante de R\$17.534. Durante o terceiro trimestre de 2021, em função deste contrato possuir valor nocial de USD e EUR, moedas diferentes da moeda local ou da moeda funcional de qualquer das partes substanciais deste contrato, foi identificado um derivativo embutido. Neste sentido, a Companhia reclassificou o saldo de R\$17.534 da rubrica “Outros resultados abrangentes” para a rubrica de “Despesas financeiras” e reconheceu a marcação a mercado do derivativo embutido não realizado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às “Receitas financeiras”, no montante de R\$22.944, assim como

Notas Explicativas

reconheceu a parcela positiva realizada, no montante de R\$16.826 em imobilizado em curso em contrapartida às “Receitas financeiras”. Em 30 de setembro de 2021, o impacto total no resultado foi de R\$22.236.

Os contratos de *NDF* em aberto em 30 de setembro de 2021 por faixa de vencimentos são os seguintes:

Data de Vencimento	Montante em EUR	Montante em USD
Janeiro, 22	1.179	—
Fevereiro, 22	808	—
Abril, 22	4.637	—
Mai, 22	3.232	—
Junho, 22	1.194	—
Julho, 22	2.326	7.602
Agosto, 22	1.984	6.516
Setembro, 22	2.480	1.629
Outubro, 22	992	1.086
Novembro, 22	1.488	3.258
Total	20.321	20.091

Em 30 de setembro de 2021, baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg), a Companhia calculou a estimativa de valor de mercado das operações de *swap* e *NDF*.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquidos são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração do resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

Notas Explicativas

30.2 Gerenciamento de riscos

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2021 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	9.471	492.617	32.033	504.874
Investimentos de curto prazo	64.399	1.033.186	698.114	1.521.031
Contas a receber de clientes	169.615	181.759	247.375	286.571
Cauções e depósitos vinculados	44.978	52.990	291.037	159.799
Total da exposição	288.463	1.760.552	1.268.559	2.472.275

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	5.271.389	4.887.324	5.932.717	5.258.882
Garantias de financiamento	8	(26.244)	(34.694)	(268.584)	(141.462)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(9.471)	(492.617)	(32.033)	(504.874)
Investimentos de curto prazo	4	(64.399)	(1.033.186)	(698.114)	(1.521.031)
Dívida líquida		5.171.275	3.326.827	4.933.986	3.091.515
Patrimônio líquido		2.222.743	1.842.458	2.222.743	1.842.458
Índice de alavancagem financeira		232,65%	180,56%	221,98%	167,79%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2021, 8,95% (12,10% em 31 de dezembro de 2020) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2020).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.7.

(a.3) Risco de liquidez

A seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Notas Explicativas

Posição em 30 de setembro de 2021	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	272.608	—	—	—	—
Debêntures	65.814	588.319	984.268	823.839	3.257.107
Empréstimos e Financiamentos	27.552	82.388	107.270	923.263	847.084
Passivo de arrendamento	414	2.260	6.209	7.620	88.370
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	839	—	—	—
Obrigações de aquisições	—	120.757	98.541	66.274	—
Total	366.388	794.563	1.196.288	1.820.996	4.192.561

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2021.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de setembro de 2021, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2021 é:

	Notas	30.09.2021
Equivalentes de caixa	4	10.583
Investimentos de curto prazo	4	698.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(5.850.225)
Total da exposição líquida		(5.141.528)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Notas Explicativas

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.09.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,16%	6,23%	8,31%	10,39%	12,47%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	10.583	440	659	879	1.100	1.320
Investimentos de curto prazo	CDI	698.114	29.042	43.493	58.013	72.534	87.055
Impacto no resultado			29.482	44.152	58.892	73.634	88.375
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30.09.2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,16%	6,23%	8,31%	10,39%	12,47%
7ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	CDI	(756.179)	(41.696)	(57.553)	(73.486)	(89.419)	(105.352)
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.383.889)	(71.984)	(100.917)	(129.990)	(159.063)	(188.136)
Scotiabank 4131	CDI	(1.377.229)	(78.811)	(107.747)	(136.823)	(165.899)	(194.975)
Impacto no resultado			(192.491)	(266.217)	(340.299)	(414.381)	(488.463)
IPCA			2,31%	3,46%	4,61%	5,77%	6,92%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(60.825)	(6.141)	(6.893)	(7.649)	(8.405)	(9.158)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(67.854)	(7.031)	(7.873)	(8.718)	(9.563)	(10.405)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(234.609)	(21.117)	(23.992)	(26.878)	(29.766)	(32.640)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(400.524)	(37.035)	(41.953)	(46.892)	(51.833)	(56.751)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(223.554)	(18.933)	(21.659)	(24.396)	(27.134)	(29.859)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(733.321)	(52.277)	(61.107)	(69.975)	(78.845)	(87.675)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(209.493)	(14.934)	(17.457)	(19.990)	(22.524)	(25.047)
Impacto no resultado			(157.468)	(180.934)	(204.498)	(228.070)	(251.535)
TJLP			2,82%	4,23%	5,63%	7,04%	8,45%
BNDES	TJLP	(402.748)	(20.716)	(26.523)	(32.308)	(38.096)	(43.903)
Impacto no resultado			(20.716)	(26.523)	(32.308)	(38.096)	(43.903)
Total da exposição líquida			(341.193)	(429.522)	(518.213)	(606.913)	(695.526)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Risco de moeda estrangeira

Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a Companhia executou derivativos de *swap*, a administração designou os instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. Adicionalmente, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, a controlada direta Tucano Holding I contratou instrumentos financeiros derivativos Non-Deliberable Forward (NDF). As taxas médias de câmbio consideradas para o dólar e euro, na data base de 30 de setembro de 2021, foram obtidas na Bloomberg, no valor de USD 5,85 e EUR 6,71, respectivamente. A contratação da operação de swap não apresenta caráter especulativo e possui *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade desta exposição, pois as flutuações da taxa de câmbio estão sendo reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros NDF com exposição cambial no resultado segue abaixo:

Notas Explicativas

Instrumentos	Risco	Posição em 30.09.2021	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - Non-Deliberable Forward (NDF)	Dólar	(6.274)	(54.724)	(27.586)	(449)	26.688	53.826
Derivativos - Non-Deliberable Forward (NDF)	Euro	(1.255)	(67.127)	(35.078)	(3.030)	29.019	61.067
Impacto no resultado		(7.529)	(121.851)	(62.664)	(3.479)	55.707	114.893

A análise de sensibilidade dos derivativos embutidos segue abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 30.09.2021	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativo embutido em contrato	Dólar	14.539	86.833	46.494	6.154	(34.185)	(74.524)
Derivativo embutido em contrato	Euro	8.405	107.674	59.385	11.096	(37.193)	(85.482)
Impacto no resultado		22.944	194.507	105.879	17.250	(71.378)	(160.006)

31. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Compensações de PIS e COFINS	60.376	38.327	62.695	54.732
Compensações de IRPJ e CSLL	35.245	55.363	35.413	70.705
Total	95.621	93.690	98.108	125.437

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	182.063	219.221	180.830	230.168
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	3.617	3.730	29.656	6.269
Total de pagamento de juros	185.680	222.951	210.486	236.437

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4.573	948.090	191.568	1.067.977
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	—	66.910	—	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	599.459	239.427	732.247	238.204
Venda de controlada	(34.039)	—	(34.875)	9.611
Total	569.993	1.254.427	888.940	1.315.792

31.2 Atividade de financiamento

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Notas	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.887.324	31.360	4.127.095	5.258.882	31.360	4.293.812
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	800.000	—	800.000	800.000	—	800.000
Pagamentos de principal	(507.925)	—	(507.925)	(561.616)	—	(561.616)
Diferimento custos de transação	—	—	—	(1.544)	—	(1.544)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(182.063)	—	(182.063)	(180.830)	—	(180.830)
Juros capitalizados 28	(3.617)	—	(3.617)	(29.656)	—	(29.656)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	—	(133.609)	(133.609)	—	(133.609)	(133.609)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Efeito da aquisição do Complexo Salinas e Mandacaru	—	—	—	332.000	—	332.000
Encargos de dívida	175.015	—	175.015	203.686	—	203.686
Variação monetária	125.426	—	125.426	134.566	—	134.566
Variação cambial	(22.771)	—	(22.771)	(22.771)	—	(22.771)
Destinação de dividendos	—	103.088	103.088	—	103.088	103.088
Saldo em 30 de setembro de 2021	5.271.389	839	4.480.639	5.932.717	839	4.937.126

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas

32. COMPROMISSOS

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis:

Posição em 30 de setembro de 2021	Controladora						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	8.132	8.132	8.132	8.132	8.132	24.395	65.055
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	156.793	156.793	156.793	156.793	156.793	474.354	1.258.319
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	2.936	2.936	2.936	2.936	2.936	8.809	23.489
Modernização e manutenção de usinas	5.196	1.020	704	—	—	—	6.920
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	—	—	—	535.935
Total	596.681	358.445	249.349	220.540	220.540	665.595	2.311.150

Posição em 30 de setembro de 2021	Consolidado						Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	10.892	10.892	10.892	10.892	10.892	82.643	137.103
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD)	177.397	177.397	177.397	177.397	177.397	960.586	1.847.571
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	52.679	52.679	52.679	52.679	52.679	158.037	421.432
Encargos de conexão	4.445	4.445	4.445	4.445	4.445	165.373	187.598
Modernização e manutenção de usinas	555.170	119.206	40.302	55	—	—	714.733
Fornecimento de turbinas eólicas (i)	364.299	364.299	364.299	—	—	—	1.092.897
Contratos de compra de energia	370.945	136.885	28.105	—	—	—	535.935
Total	1.535.827	865.803	678.119	245.468	245.413	1.366.639	4.937.269

(i) No 1º trimestre de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I assinou um contrato de serviços de fornecimento de turbinas eólicas para construção do Complexo Eólico Cajuína.

Obrigação de expansão

Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, homologado em 22 de janeiro de 2019, a controlada direta AES Tietê tem o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Em 22 de janeiro de 2019, foi proferida decisão que homologou a referido acordo. Com isso, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Evento subsequente da *Joint Venture* Tucano Holding III

Em 01 de outubro de 2021, houve a conclusão da primeira 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da *Joint Venture* Tucano Holding III, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$200.000. A Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 15 de setembro de 2021. O valor total é atualizado monetariamente

Notas Explicativas

pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 6,5865% a.a. O vencimento das debêntures está previsto para Setembro de 2041.

1ª Emissão de debêntures da Tucano Holding II

Em 08 de outubro de 2021, houve a conclusão da primeira 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da controlada direta Tucano Holding II, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento em 15 de setembro de 2041 no montante total de R\$300.000. A Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 15 de setembro de 2021. O valor total é atualizado monetariamente pelo IPCA e sua remuneração calculada através de uma taxa contratual de 6,0594% a.a.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê Energia S.A. (?Companhia?), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21(R1) e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 ? Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de novembro de 2021

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O 2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 30 de outubro de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo, 30 de outubro de 2021.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente